

PARECER INDEPENDENTE

Segunda Debênture Verde da ISA CTEEP



SITAWI Finanças do Bem

Rua Voluntários da Pátria, 301/301 – Botafogo

22270-003 – Rio de Janeiro/RJ

contact@sitawi.net | +55 (21) 2247-1136

06 novembro 2019

 **SITAWI**
FINANÇASdoBEM

Sobre a SITAWI

A SITAWI é uma organização brasileira que mobiliza capital para impacto socioambiental positivo. Desenvolvemos soluções financeiras para impacto social e assessoramos o setor financeiro a incorporar questões socioambientais na estratégia, gestão de riscos e avaliação de investimentos. Somos uma das 5 melhores casas de pesquisa socioambiental para investidores de acordo com o Extel Independent Research in Responsible Investment – IRRRI 2019 e a primeira organização latino-americana a avaliar as credenciais verdes de títulos de dívida.

Sumário

I. Escopo	2
II. Opinião.....	3
III. Análise da Emissão	5
IV. Performance Socioambiental dos Projetos	13
V. Performance ASG da ISA CTEEP	35
Método	39
Formulário Green Bond Principles	43

I. Escopo

O objetivo deste Parecer Independente é prover uma opinião sobre o enquadramento como Título Verde ('Green Bond') da 8ª emissão da debênture de infraestrutura (2ª Debênture Verde) a ser realizada pela CTEEP – COMPANHIA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA, cujo nome fantasia é ISA CTEEP. Os recursos obtidos com a emissão serão utilizados para pagamentos futuros e reembolso dos custos relacionados à implementação de nove projetos de transmissão de energia elétrica.

A SITAWI utilizou seu método proprietário de análise, que está alinhado com os *Green Bond Principles* (GBP)¹, os Padrões de Desempenho da *International Finance Corporation* (IFC) e outros padrões de sustentabilidade reconhecidos internacionalmente.

A opinião da SITAWI é baseada em:

- Características da emissão baseada na análise da minuta de escritura da debênture;
- Performance socioambiental dos projetos de acordo com o processo de licenciamento e procedimentos de gestão;
- Performance Ambiental, Social e de Governança (ASG) da ISA CTEEP, a partir da avaliação das políticas e práticas empresariais.

A análise desse parecer utilizou informações e documentos fornecidos pela ISA CTEEP, alguns de caráter confidencial, pesquisa de mesa, informações obtidas através de entrevistas com diversas áreas da empresa. Esse processo foi realizado entre 12 de agosto e 28 de outubro de 2019.

A SITAWI teve acesso a todos os documentos e pessoas solicitadas, podendo assim prover uma opinião com nível razoável de asseguarção em relação a completude, precisão e confiabilidade.

A emissora pretende obter a classificação de Título Verde, em linha com o Guia para Emissão de Títulos Verdes no Brasil 2016 (Febraban e CEBDS) e *Green Bond Principles*, versão 2.1 de junho de 2018. Essa classificação será confirmada um ano após a emissão, com base em um parecer independente de pós-emissão a ser realizado pela SITAWI.

¹ <https://www.icmagroup.org/green-social-and-sustainability-bonds/green-bond-principles-gbp/>

II. Opinião

A SITAWI confirma que a 8ª. Emissão de debênture da ISA CTEEP pode ser caracterizada como Título Verde, com contribuições positivas para o desenvolvimento sustentável.

Essa conclusão é baseada nas três análises a seguir:

- Emissão (seção III)
 - a. Os recursos serão utilizados para pagamentos futuros e reembolsos de custos de projetos relacionados a transmissão de energia elétrica. Esses ativos trazem benefícios ambientais, pois sua construção irá aumentar a disponibilidade do sistema de transmissão para energia renovável;
 - b. Os projetos que utilizarão os recursos do Título Verde já estão definidos na escritura da emissão. Esses projetos estão alinhados com a estratégia da ISA CTEEP e oferecem benefícios ambientais tangíveis;
 - c. Os procedimentos para gestão dos recursos captados por meio da debênture foram claramente definidos pela emissora, por meio de um processo documentado e transparente;
 - d. A emissora está comprometida em reportar anualmente a alocação de recursos e os benefícios ambientais dos projetos.

- Projetos (seção IV)
 - a. Os projetos possuem performance socioambiental de satisfatória a confortável, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável;
 - b. Não foi identificada nenhuma controvérsia negativa envolvendo os projetos;
 - c. A gestão socioambiental da ISA CTEEP define de maneira clara as formas de medir, prevenir, mitigar e compensar os eventuais efeitos negativos dos projetos que receberão aportes da debênture.

- Emissora (seção V)
 - a. A ISA CTEEP possui uma performance ASG confortável, com desempenho confortável nas dimensões ambiental, social e de governança corporativa;
 - b. A empresa apresentou controvérsias isoladas de nível de severidade significativo, todavia atuou com capacidade de resposta adequada;
 - c. Dessa maneira, consideramos a empresa apta a gerir e mitigar riscos ASG dos projetos que receberão os recursos das Debêntures Verdes.

Equipe técnica responsável



Gustavo Pimentel
Sócio-Diretor
gpimentel@sitawi.net



Débora Masullo
Consultora Sênior
dmasullo@sitawi.net

São Paulo, 06/11/2019

Declaração de Responsabilidade

A SITAWI não é acionista, subsidiária, cliente ou fornecedora da ISA CTEEP ou de suas subsidiárias, estando apta a emitir uma opinião independente.

As análises contidas nesse parecer são baseadas em uma série de documentos, parte destes confidenciais, fornecidos pela Emissora. Não podemos atestar pela completude, exatidão ou até mesmo veracidade destes. Portanto, a SITAWI² não se responsabiliza pelo uso das informações contidas nesse parecer.

Nesse sentido, também frisamos que todas as avaliações e opiniões indicadas nesse relatório não constituem uma recomendação de investimento ou compra dos títulos, assim como também não servem para atestar a rentabilidade ou liquidez dos papéis.

² A responsável final por esse relatório é a KOAN Finanças Sustentáveis Ltda., que opera sob o nome fantasia de SITAWI Finanças do Bem

III. Análise da Emissão

Os *Green Bond Principles (GBP)* são diretrizes que auxiliam o mercado a compreender os pontos chave de um título de dívida e como ele se caracteriza como Título Verde. Essas diretrizes se dividem em quatro componentes:

- 1) Uso dos recursos (*use of proceeds*);
- 2) Processo de seleção e avaliação de projetos (*process for project evaluation and selection*);
- 3) Gestão dos recursos (*management of proceeds*);
- 4) Relato (*reporting*).

A aderência aos GBP, embora seja um processo voluntário, sinaliza aos investidores, subscritores e outros agentes de mercado, que a emissora do título segue padrões adequados de desempenho em sustentabilidade e transparência.

Nas subseções a seguir, analisaremos o alinhamento da Segunda Debênture Verde da ISA CTEEP com os quatro componentes dos GBP.

Uso dos Recursos

Os recursos da emissão da Debênture Verde serão destinados para pagamentos futuros e reembolso dos custos relacionados com projetos de construção de infraestruturas de transmissão de energia elétrica por intermédio de SPEs, controladas pela ISA CTEEP.

Os GBP reconhecem que transmissão de energia renovável é uma categoria elegível a emissão de títulos verdes. Nesse sentido, é esperado que os sistemas de transmissão da ISA CTEEP ajudem a escoar energia renovável. Por outro lado, pela característica do Sistema Integrado Nacional (SIN), não é possível garantir que o sistema transmitirá apenas energia renovável.

Diversos padrões nacionais e internacionais reconhecem que transmissão de energia renovável é uma categoria elegível a emissão de títulos verdes:

- Os Green Bond Principles (GBP) incluem projetos que suportem a energia renovável, como os de transmissão;
- A Taxonomia da Climate Bonds Initiative determina que projetos de transmissão e distribuição de energia são elegíveis a receberem o rótulo de Título Verde mediante atendimento dos critérios de aumento da integração de fontes renováveis ou aumento da eficiência energética do sistema;
- A publicação “Não Perca esse Bond” enquadra projetos de transmissão, distribuição e armazenamento de energia elétrica não dedicados a energia renovável no cenário da NDC (Nationally Determined Contributions – Contribuição Nacionalmente Determinada), tendo em vista sua indireta contribuição para o combate das mudanças climáticas.

Como veremos ao longo dessa seção, linhas de transmissão no Brasil contribuem para o escoamento e transmissão de energia renovável no SIN, de modo que se enquadra como categoria elegível a receber recursos de Títulos Verdes. Por outro lado, pela característica do SIN, não é possível garantir que as linhas de transmissão da ISA CTEEP transmitirão apenas energia renovável. Em março de 2019, cerca de 17% de toda a energia elétrica transmitida no SIN foi originada de fontes não renováveis (carvão, gás natural, derivados de petróleo e nuclear).

Para respaldar a tese de que os sistemas de transmissão darão suporte ao escoamento de energia renovável, alguns argumentos são listados a seguir:

- Fontes de energia renovável não convencionais, tais como fotovoltaica e eólica, são, por sua natureza física, intermitentes. Por esta razão, possuem alta interdependência entre si e com fontes convencionais. Neste sentido, a expansão da matriz elétrica renovável do Brasil depende da melhoria na infraestrutura de transmissão de energia, para permitir o escoamento de energia renovável não convencional e garantir segurança energética com o crescimento dessas fontes. Esse aspecto é ratificado pelo estudo “Transição da indústria de energia, aqui e agora” (*Power-Industry Transition, Here and Now*) do Instituto de Análise Econômica e Financeira de Energia (*Institute for Energy Economics and Financial Analysis - IEEFA*). Esse estudo mostra que alguns países que possuem em sua matriz elétrica um volume significativo de energia eólica e solar, não sofrem com interrupções por terem um sistema de transmissão robusto. Nesse sentido, o estudo destaca que, para integrar energias renováveis à rede, é fundamental o investimento em transmissão para reduzir perdas e congestionamentos³;
- O *International Development Finance Club - IDFC*, associação formada pelos principais bancos de desenvolvimento do mundo, reconhecem linhas de transmissão para energia renovável como investimentos elegíveis dentro de seus *Common Principles for Climate Mitigation Finance Tracking*⁴;
- No Brasil, o aumento da produção de energia renovável, principalmente eólica, vem acompanhado de carência nas linhas de transmissão e distribuição. Notícias recentes destacam que algumas usinas eólicas se mantiveram paradas devido à falta de sistemas de transmissão para absorver essa geração adicionada⁵. Apesar das linhas que utilizarão os recursos da Debênture não serem diretamente ligadas a essas usinas, elas apoiam o escoamento desse tipo de energia, conforme destacado na escritura;
- De acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), entre dezembro de 2012 e março de 2019, o volume da capacidade instalada das usinas eólicas, solares, a biomassa e pequenas centrais hidroelétricas (PCH) cresceu 133%, aumentando a participação na matriz elétrica nacional de 13% para 22%⁶. Existe a perspectiva de que o volume de energia renovável não convencional siga crescendo. De acordo com o Plano Decenal de Expansão de Energia, é esperado que, em 2027, a geração de eletricidade, nessas mesmas fontes, represente 29% da matriz elétrica brasileira. Isso significa uma expansão de 52% da capacidade instalada de fontes renováveis alternativas, frente a expansão de 21% na capacidade do Sistema Interligado Nacional (SIN)⁷;
- As linhas de transmissão da ISA CTEEP integrarão o Sistema Interligado Nacional (SIN), um dos maiores sistemas de geração e transmissão de energia do mundo e composto majoritariamente por fontes com baixa emissão de carbono (hidrelétricas). Em 2017, o SIN teve um fator de emissão de 92,92 kgCO₂eq/MWh contra 383,68 kgCO₂eq/MWh dos sistemas isolados no Brasil, este último composto majoritariamente por fontes térmicas. O melhor aproveitamento do potencial de energia limpa do SIN depende da eficiência e qualidade da infraestrutura de transmissão⁸;

³ http://ieefa.org/wp-content/uploads/2018/02/Power-Industry-Transition-Here-and-Now_February-2018.pdf

⁴ <https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/65d37952-434e-40c1-a9df-c7bdd8ffcd39/MDB-IDFC+Common-principles-for-climate-mitigation-finance-tracking.pdf?MOD=AJPERES>

⁵ <https://globoplay.globo.com/v/6519656/>; <http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2016/01/por-falta-de-linhas-de-transmissao-13-usinas-eolicas-estao-paradas-no-ne.html>; <https://portaln10.com.br/serido-potiguar-se-prepara-para-expandir-energia-renovavel-77643/>

⁶ ANEEL, Informações Gerenciais de Dezembro de 2012 (<http://www.aneel.gov.br/documents/656877/14854008/Boletim+de+Informa%C3%A7%C3%B5es+Gerenciais+-+1%C2%BA+trimestre+de+2019/b860054f-79ec-6608-951a-fb2288701434>) e Informações Gerenciais de Março de 2019

⁷ Plano Decenal de Expansão de Energia 2027, CAPÍTULO III, gráfico 3-5 http://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/Documents/PDE%202027_ aprovado_OFICIAL.pdf

⁸ Anuário Estatístico de Energia Elétrica 2018, Tabela 2.3 <http://epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-160/topico-168/Anuario2018vf.pdf>

- Fontes renováveis não convencionais tendem a ser menos *utility-scale* e mais distribuídas. Neste sentido, a expansão do sistema de transmissão é importante para permitir a integração de fontes mais distribuídas e intermitentes no sistema.

Portanto, esta emissão da ISA CTEEP será fundamental para transmissão de energia renovável convencional e não convencional, o que lhe confere elegibilidade para o rótulo de Título Verde.

Processo de avaliação e seleção dos projetos

O processo de seleção dos projetos para a emissão da Segunda Debênture Verde, incluindo a identificação de uma categoria elegível, definição de benefícios ambientais e os demais critérios de performance, ficaram a cargo da emissora, por meio de processo interno.

Os projetos que receberão os recursos estão definidos na escritura da debênture, conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Projetos selecionados para uso dos recursos

Nome do projeto/SPE (Estado)	Descrição	Leilão ANEEL	Data de início	Data estimada de conclusão
Interligação Elétrica Itaúnas S.A. (ES)	<ul style="list-style-type: none"> • Linha de Transmissão, de 345 kV, com extensão de 79 km, com origem na Subestação Viana 2 e término na Subestação João Neiva 2; • Subestação João Neiva 2 de 345/138 kV - 13,8 kV. 	13/2015-2ª Etapa (Lote 21)	02/2017	02/2022
Interligação Elétrica Itaquerê S.A. (SP)	<ul style="list-style-type: none"> • Três Compensadores Síncronos de Reativos de 500 kV na Subestação Araraquara 2. 	05/2016 (Lote 06)	08/2017	08/2021
Interligação Elétrica Itapura S.A. Lote 25 (SP)	<ul style="list-style-type: none"> • Um Compensador Estático de 440 kV na Subestação Bauru. 	05/2016 (Lote 25)	08/2017	Operação comercial iniciada em 08/2019
Interligação Elétrica Itapura S.A. Lote 10 (SP)	<ul style="list-style-type: none"> • Subestação Lorena, de 500/230 kV • Trechos de Linha de Transmissão em 500 kV entre o seccionamento da LT 500 kV Tijuco Preto - Cachoeira Paulista C2 e a Subestação Lorena; • Trechos de Linha de Transmissão em 500 kV entre o seccionamento da LT 230 kV Aparecida - Santa Cabeça C1 e a Subestação Lorena; • Trechos de Linha de Transmissão em 230 kV entre o seccionamento da LT 230 kV Aparecida - Santa Cabeça C2 e a Subestação Lorena. 	02/2018 (Lote 10)	09/2018	09/2022
Interligação Elétrica Tibagi S.A. (SP/PR)	<ul style="list-style-type: none"> • Linha de Transmissão, de 230 kV, com extensão de 18,2 km, com origem na Subestação Nova Porto Primavera e término na Subestação Rosana; 	05/2016 (Lote 05)	08/2017	08/2021

	<ul style="list-style-type: none"> • Novo Pátio de 230 kV na Subestação Rosana; • Três Transformadores Defasadores Trifásicos. 			
Interligação Elétrica Aguapeí S.A. (SP)	<ul style="list-style-type: none"> • Subestação Alta Paulista de em 440/138 kV; • Subestação Baguaçu de 440/138 kV; • Linha de Transmissão, de 440 kV, com extensão de 53 km, entre o Ponto de Seccionamento da Linha de Transmissão Marechal Rondon (Taquaraçu) e a Subestação Alta Paulista; • Linha de Transmissão, de 440 kV, com extensão de 1 km, entre o Ponto de Seccionamento da Linha de Transmissão de Ilha Solteira (Bauru), e a Subestação Baguaçu; • Linha de Transmissão, de 138 kV, com extensão aproximada de 2 km, entre o Ponto de Seccionamento da Linha de Transmissão Flórida Paulista (Presidente Prudente) e a Subestação Alta Paulista; • Linha de Transmissão, de 138 kV, com extensão aproximada de 19 km, entre o Ponto de Seccionamento da Linha de Transmissão Nova Avanhandava (Valparaíso) e a Subestação Baguaçu. 	05/2016 (Lote 29)	08/2017	08/2021
Interligação Elétrica Biguaçu S.A. (SC)	<ul style="list-style-type: none"> • Linha de Transmissão, de 230 kV, com extensão de 10 km aéreos, 12 km subaquáticos e 5,6 km subterrâneos; • Subestação Ratores de 230/138 kV. 	02/2018 (Lote 01)	09/2018	09/2023
Interligação Elétrica Aimorés S.A. (MG)	<ul style="list-style-type: none"> • Linha de Transmissão, de 500 kV, com 208 km, com origem na Subestação Padre Paraíso 2 e término na Subestação Governador Valadares 6. 	13/2015- 2ª Etapa (Lote 4)	02/2017	02/2022
Interligação Elétrica Paraguaçu S.A. (BA/MG)	<ul style="list-style-type: none"> • Linha de Transmissão, de 500 kV, com extensão aproximada de 338 km, com origem na Subestação Poções III e término na Subestação Padre Paraíso 2. 	13/2015 2ª Etapa (Lote 3)	02/2017	02/2022

Em razão da boa aceitação interna e externa da Debênture Verde anterior, o Departamento Financeiro da ISA CTEEP propôs novamente à Diretoria e ao Conselho de Administração a emissão do Título Verde.

O benefício ambiental gerado pelos projetos está associado ao aumento no volume de transmissão de energias renováveis não convencionais (eólica, solar, UTE a biomassa e PCH). Esse benefício será demonstrado pela variação do indicador de “Prestação de serviço de transmissão a Usuários Verdes”, conforme consta na escritura. Nesse indicador, cada Usuário Verde representa uma usina geradora de energia renovável não convencional. Assim, o indicador é composto das seguintes variáveis:

- Número de usuários do sistema que geram energia renovável não convencional (Usuários Verdes): mostra a quantidade de usuários que produzem energia renovável;

- Faturamento com transmissão de energia renovável (R\$): demonstra a disponibilidade do sistema para transmitir energia gerada pelos Usuários Verdes;
- Incremento do faturamento com novos usuários: variável diretamente relacionada com a potência de transmissão de energia (montantes de uso do sistema de transmissão - MUST) disponibilizada para os novos Usuários Verdes.

Não é possível estimar o benefício ambiental dos projetos antes que esses entrem em operação, no entanto, o resultado desse indicador para a ISA CTEEP já mostra o aumento da importância da transmissão de energia verde para a empresa entre dezembro de 2016 e julho de 2019.

Tabela 2 – Linha de Base de Benefícios Ambientais das Linhas de Transmissão da ISA CTEEP

Benefício Ambiental	Dez/16	Dez/17	Dez/18	Jul/19	Usuários Verdes sobre o total – Jul/19 (%)
Número de Usuários Verdes ⁹	381	522	599	601	67,45%
Faturamento com Usuários Verdes (R\$ mil)	1.658	3.930	4.047	4.097	1,73%
Variação no número de usuários verdes ¹⁰ (%)	-	37%	14,7%	0,3%	-
Variação no Faturamento (%)	-	137,0%	3,0%	1,2%	-

É importante frisar que a ISA CTEEP tem como missão operar, manter e expandir sistemas de transmissão de energia elétrica com excelência na prestação de serviços, baseada no desenvolvimento do capital humano e na capacidade de inovação, para criar valor para seus acionistas e demais *stakeholders* e contribuir para o desenvolvimento sustentável do negócio. Sendo assim, sua estratégia de negócio está alinhada a debênture verde a ser emitida.

A escritura da debênture restringe os dispêndios a implementação de sistemas de transmissão, listados na Tabela 1. Isso garante que os recursos serão aplicados para suportar a transmissão de energia renovável, categoria elegível à classificação de Título Verde, como veremos ao longo dessa seção.

Na seção V, analisamos as credenciais socioambientais dos projetos. A Tabela 3 lista os projetos segundo classificação de riscos e status de licenciamento ambiental. Os projetos que foram dispensados de licenciamento não foram incluídos na análise de projetos detalhada apresentada na seção V.

Tabela 3 – Classificação de risco socioambiental dos projetos

Nome do projeto	Status das Licenças	Classificação de acordo com os IFC PS*	Principal uso dos recursos
------------------------	----------------------------	---	-----------------------------------

⁹ Usuários Verdes - geram energia por meio de usinas eólicas, solar, a biomassa e PCHs

¹⁰ Variação calculada a partir de 2016, anual (2016/2017 e 2017/2018) e semianual (2018/2019)

Interligação Elétrica Itaúnas S.A.	LI emitida em 29/08/2019	A ou B	Uma linha de transmissão de 79 km e construção de uma subestação
Interligação Elétrica Itaquerê S.A.	Dispensada	C	3 compensadores
Interligação Elétrica Itapura S.A. (Lote 25)	Dispensada	C	1 compensador
Interligação Elétrica Itapura S.A. (Lote 10)	LI emitida em 13/08/2019	A ou B	Três linhas de transmissão e uma subestação
Interligação Elétrica Tibagi S.A.	LO emitida em 18/09/2019	A ou B	Uma linha de transmissão de 18 km, um pátio de subestação e 3 transformadores
Interligação Elétrica Aguapeí S.A.	LI emitida em 28/06/2019	A ou B	Quatro linhas de transmissão entre 1 e 53 km, além de duas subestações
Interligação Elétrica Biguaçu S.A.	LP requerida em 14/01/2019	A ou B	Uma linha de transmissão e uma subestação
Interligação Elétrica Aimorés S.A.	LI emitida em 18/04/2019	A ou B	Uma linha de transmissão de 208 km
Interligação Elétrica Paraguaçu S.A.	LI emitida em 07/05/2019	A ou B	Uma linha de transmissão de 338 km

*O Performance Standards do IFC define os projetos conforme categoria de risco socioambiental de projetos: A – Alto; B – Médio e C-Baixo

Para assegurar que os potenciais impactos negativos dos projetos serão geridos adequadamente, realizamos uma análise atualizada da gestão ASG da ISA CTEEP, para que os investidores possuam uma melhor visão de sua capacidade em sustentar as condicionantes que conferem a qualidade de “Título Verde” à debênture. Verificamos que o desempenho ASG da ISA CTEEP permanece confortável (Seção IV).

Podemos então concluir que os projetos a serem financiados por meio da Segunda Debênture Verde já estão definidos e formalizados na escritura da emissão. Os projetos estão alinhados com a estratégia da ISA CTEEP e possuem benefícios ambientais, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável.

Gestão dos Recursos

Será realizada a emissão de uma Debênture Simples em até quatro séries, conforme as regras da Instrução CVM 400, no valor aproximado de R\$ 400 MM. Esse valor representa, aproximadamente, 14,0% do custo total (R\$2.864 MM) estimado para os projetos, conforme indicado na Tabela 4.

Tabela 4 – Custos totais dos projetos e fontes de financiamento (em R\$ milhões)

Projeto (SPE)	Recursos totais (R\$ MM)**	Fontes de financiamento (R\$ MM)			
		7ª Emissão Debênture Verde***	8ª Emissão Debênture Verde****	Debêntures e Outras Fontes de Financiamento*	Receita gerada
Itaúnas	298,0	84,9	58,0	151,0	4,1
Itaquerê	398,0	65,1	113,5	195,5	23,9
Itapura (Lote 25)	126,0	19,3	36,7	70,0	-
Itapura (Lote 10)	238,0	-	40,5	197,4	0,1
Tibagi	135,0	21,3	84,4	27,5	1,7
Aguapeí	602,0	126,0	1,6	447,9	26,5

Biguaçu	641,0	-	34,4	604,4	2,2
Aimorés	171,0	70,2	12,4	85,0	3,4
Paraguaçu	255,0	103,8	18,5	131,0	1,6
Total	2.864,0	490,7	400,0	1.909,8	63,5

* A serem emitidas pela própria ISA CTEEP, TAESA ou pelas SPEs.

** Valores não ponderados por participação

*** Tabela não inclui a captação da Interligação Elétrica Ivaí S.A. no valor R\$113,2 milhões, totalizando R\$603,9 milhões em volume líquido na emissão.

**** Valores líquidos de custos de emissão serão reportados após a emissão.

Sete dos nove projetos já receberam aportes da 1ª Debênture Verde da companhia. No entanto, a soma dos aportes da 2ª Debênture Verde nos mesmos projetos ainda é inferior ao custo total dos mesmos. A ISA CTEEP se compromete a não sobrealocar recursos de debêntures verdes além dos custos totais dos projetos. A alocação total será reportada anualmente e verificada pela SITAWI no parecer de pós emissão.

Os recursos serão gerenciados pela tesouraria da ISA CTEEP, por meio de sistema interno, até sua alocação completa nos projetos descritos e definidos na escritura da emissão. Temporariamente, os recursos poderão ser utilizados para outras atividades do negócio da empresa, sejam elas operacionais, de financiamentos ou de aplicações financeiras.

A política de investimento temporário da companhia está definida no item 5.2 do Formulário de Referência da mesma, que afirma que as carteiras de investimento dos atuais fundos investidos são compostas por títulos de renda fixa, tais como títulos públicos federais (63,85% em 30/06/2019) e títulos privados (36,15%), com grau de investimento, com o objetivo de acompanhar a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) ou da taxa SELIC. A alta participação de títulos governamentais e de baixo risco na carteira de investimentos da ISA CTEEP reduz o risco de investimento temporário dos recursos captados em ativos que não estejam em conformidade com os objetivos ambientais e climáticos da debênture, como, por exemplo, atividades relacionadas a combustíveis fósseis. No entanto, vale ressaltar que a posição dos fundos em títulos privados em 30/06/2019 apresentou pequenas participações em títulos dos setores de Óleo e Gás (1,65%) e Mineração (0,17%).

Mesmo assim, é razoavelmente seguro afirmar que a destinação final dos recursos será para os projetos descritos na Tabela 1, pois a escritura contém cláusula que determina que, se parte dos recursos não for destinado para os projetos definidos, a emissora terá que pagar uma multa equivalente a 20% do valor dos recursos não alocados corretamente.

Também é importante frisar a característica de debênture de infraestrutura incentivada da emissão, já que os projetos a serem financiados enquadram-se como prioritários pelo Ministério de Minas e Energia. Assim, a debênture também deve observar o disposto na Lei nº12.431/11 para não perder o benefício gerado pelo tratamento tributário especial.

Vale ressaltar que todo o processo de gestão de recursos será alvo de auditorias contábeis no contexto das Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) da emissora.

Por fim, a ISA CTEEP estima que os recursos serão totalmente destinados para as SPEs até 2023, quando as obras estarão concluídas.

Com base na análise realizada sobre a gestão de recursos, podemos concluir que existe um procedimento claro e transparente para garantir que os recursos sejam destinados a projetos que sustentam a classificação de Título Verde da emissão.

Relato

A emissora se compromete a monitorar e relatar informações financeiras e ambientais relacionadas aos projetos, conforme descrito na escritura.

As informações financeiras serão acompanhadas pelo Agente Fiduciário para garantir que os recursos serão alocados nos projetos previstos na escritura. A ISA CTEEP se compromete a comprovar, por meio de Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) anuais, auditadas e disponibilizadas em seu website, a destinação dos recursos oriundos da Debênture Verde para as SPEs até a alocação completa desses recursos.

Adicionalmente, os indicadores de benefícios ambientais dos projetos, apontados nesse relatório como prioritários, cujos valores da linha de base encontram-se na Tabela 2, serão apresentados anualmente pela empresa em seu Relatório de Sustentabilidade ou similar até a maturidade do título. Esse relatório também apresentará o status das licenças ambientais e identificação de impactos em áreas de preservação e de reassentamento de pessoas.

Além disso, os compromissos aqui descritos serão objeto de uma avaliação externa, realizada pela SITAWI, em até um ano após a emissão. Os pareceres independentes serão disponibilizados para os debenturistas, conforme escritura. Após este período, a emissora continuará reportando os benefícios ambientais dos projetos até a maturidade do título.

Dessa maneira, concluímos que a empresa definiu de maneira clara o conteúdo e a forma de reporte dos indicadores financeiros e ambientais a serem comunicados para seus *stakeholders*.

IV. Performance Socioambiental dos Projetos

Essa seção tem como objetivo avaliar a gestão socioambiental dos projetos a serem financiados pela Debênture Verde, visando identificar se os planos e programas implementados são capazes de medir, prevenir, mitigar e compensar seus eventuais impactos negativos. Dessa maneira, é possível confirmar a capacidade dos projetos de contribuírem para o desenvolvimento sustentável de maneira consistente. Além disso, foram pesquisadas controvérsias sociais e ambientais envolvendo os projetos.

Projeto Biguaçu

O projeto do sistema de transmissão Interligação Elétrica Biguaçu S.A corresponde ao Lote 1 do Leilão no 02/2018-ANEEL, compreendendo:

- (i) Instalação da Linha de Transmissão (LT) 230 kV Biguaçu-Ratones, C1 e C2, com 10 km aéreos, 13 km subaquáticos e 5,6 km subterrâneos;
- (ii) Instalação da Subestação (SE) 230/138 kV Ratones - 2 x 150 MVA.

A LT está integralmente localizada no estado de Santa Catarina, nos municípios de Biguaçu e Florianópolis. O projeto, que se iniciou em setembro de 2018, ainda não obteve licença ambiental prévia, mas já elaborou Estudo de Impacto Ambiental (EIA), que está sob análise do Instituto de Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA) desde 14 de janeiro de 2019 (data da publicidade do pedido de licença ambiental).

A operação comercial do empreendimento está prevista para setembro de 2023. A despesa total do projeto está prevista em R\$ 641 milhões, dos quais R\$ 34,4 milhões (5,37%) oriundos desta emissão de títulos verdes.

De modo geral, a performance socioambiental prevista para o complexo de transmissão Biguaçu é satisfatória. Dentre as dimensões avaliadas, destacam-se os seguintes resultados:

- Desempenho satisfatório nas dimensões ambiental, comunidades e trabalhadores, e confortável na dimensão gestão socioambiental, devido aos impactos identificados e programas desenvolvidos através do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) que atende a legislação brasileira;
- Não foi identificada nenhuma controvérsia envolvendo o projeto.

Tabela 5 - Análise da performance socioambiental do projeto de Biguaçu

Ambiental	 Satisfatório
<ul style="list-style-type: none">• Licenciamento e áreas protegidas (IFC-PS nº6): O projeto está na fase inicial de seu processo de licenciamento ambiental, com o EIA elaborado ainda sob análise do IMA e, portanto, ainda sujeito a alterações. Estão previstas intervenções em 0,138 hectares de Áreas de Preservação Permanente (APPs). Como o empreendimento ainda não possui licenças ambientais, ainda não há Plano Básico Ambiental (PBA), porém o EIA já apresenta programas ambientais relacionados a impactos identificados em seu escopo, como supressão de vegetação, solo, compensação ambiental e negociação para estabelecimento da faixa de servidão. O acompanhamento dos mesmos será realizado através de relatórios padronizados, com periodicidade a ser definida pelo órgão ambiental. Estes relatórios estarão disponíveis mediante consulta ao órgão, mas não no site da empresa. A escolha do traçado da LT visou evitar a interseção com o Parque Natural Municipal Serra de São Miguel, e foi definido ao longo de duas rodovias estaduais já existentes. Não foram fornecidos Cadastros Ambientais Rurais (CAR) relacionados a propriedades no traçado da LT pois linhas de transmissão de energia elétrica não são passíveis de averbação de Reserva Legal (Lei Federal nº12.651/2012, em seu artigo 12º, inciso II, parágrafo 7º) não necessitando de CAR nas propriedades de seu traçado. Ademais, o projeto não está incluído em áreas prioritárias para proteção de acordo com as listas da UNESCO e RAMSAR.• Impacto na biodiversidade local (IFC-PS nº6): O projeto está inserido no bioma Mata Atlântica. A caracterização da flora e fauna no âmbito do EIA foi realizada através da coleta de dados	

secundários e primários, com campanhas de campo. Para a flora, a pesquisa secundária descreveu os tipos de vegetação presentes na área (caracterização fitogeográfica), e o levantamento primário considerou apenas as espécies arbóreas. Foram identificadas 251 espécies das quais 233 nativas e seis ameaçadas de extinção. Para a fauna foram realizadas três campanhas de campo, envolvendo metodologias diferentes para tipos de espécies diferentes. Para a avifauna, a avaliação de impacto não considerou o período migratório. Não foram indicados acompanhamentos periódicos no EIA, e a empresa informou que estes serão definidos pelo órgão ambiental. Para a porção subaquática do traçado, foram analisados cetáceos, a macrofauna bentônica e a ictiofauna a partir da análise de dados secundários e uma campanha de campo. Foi constatado que o principal impacto sobre esses animais ocorreria durante as obras, e foram estabelecidas regras de boas práticas para mitigar os impactos, a partir de treinamento dos trabalhadores envolvidos. Para o solo, foram caracterizados seus usos atuais, e foi indicado que o empreendimento está de acordo com a legislação aplicável a respeito. Para a escolha do traçado, foi considerado o que tivesse menor impacto na paisagem. Os programas já apresentados no EIA estão relacionados aos impactos previstos sobre a flora e fauna, como os Programas de Supressão de Vegetação, de Resgate da Flora, de Prevenção e Mitigação de Acidentes com a Fauna. Não foram apresentados programas relacionados ao solo e paisagem, porém como o empreendimento ainda não possui licenças ambientais e, portanto, ainda não elaborou seu PBA, os mesmos ainda não foram exigidos.

- **Utilização de materiais de menor impacto (IFC-OS nº3):** O EIA não indica os modelos de cabos condutores a serem usados. A empresa informou que os componentes principais de seus projetos de transmissão são estruturas de aço e cabos de alumínio, e que a especificação dos materiais é feita de forma a minimizar perdas elétricas. Para isolamento elétrico, não são usados ascarel/PCB nem gás SF6.
- **Resíduos e ciclo de vida do projeto (IFC-OS nº3):** O EIA apresentado não fornece uma lista de possíveis resíduos a serem gerados pelo empreendimento. Contudo, a geração de resíduos é um dos impactos negativos identificados, e a destinação adequada é tida como necessária para evitar potenciais contaminações. Não há plano específico para a gestão de resíduos apresentado no EIA, porém treinamentos sobre a questão e implementação de medidas a respeito estão incluídos no Plano Ambiental para a Construção. A empresa informou que um plano de gestão de resíduos será elaborado no âmbito do PBA. Não foi apresentado plano de descomissionamento para o empreendimento em seu EIA. A empresa informou que só elabora planos de descomissionamento para seus empreendimentos após suas obras.

Comunidades

 Satisfatório

- **Impacto em comunidades no entorno (IFC-PS nº4):** A análise socioeconômica das comunidades adjacentes ao empreendimento foi realizada através de levantamento de dados oficiais e de dados primários em campanhas de campo, a partir de entrevistas com atores afetados, como representantes do poder público e sociedade civil organizada. A partir do diagnóstico dessas comunidades, foram levantados os impactos esperados. Foram identificados 11 impactos sobre o meio socioeconômico, dos quais seis foram considerados negativos. Cada um dos impactos identificados teve sua magnitude e sua importância avaliadas, a primeira considerando sua abrangência e temporalidade e a segunda considerando sua probabilidade de ocorrência, reversibilidade e cumulatividade. Ademais, todos tiveram medidas mitigatórias propostas. A empresa informou que será agendada uma Audiência Pública com a população afetada após análise do EIA por parte do órgão ambiental. Apesar de estar na fase preliminar do licenciamento ambiental, o EIA apresentado já conta com Plano de Comunicação Social, que tem o objetivo de abrir canais de comunicação com grupos afetados pelo empreendimento, para facilitar a disseminação de informações e a transparência, além da minimização de impactos gerados. O plano estabelece indicadores para seu acompanhamento, como o número de registros em canais de atendimento, e estabelece ações a serem realizadas, como campanhas de divulgação, distribuição de material informativo e divulgação de oportunidades de trabalho. A empresa informou que realiza ações adicionais com a população afetada quando solicitada pelo órgão ambiental, e que prioriza a contratação da mão de obra local quando possível. Em relação a campos eletromagnéticos, a Resolução ANEEL 398/2010, que estabelece os limites à exposição humana a campos eletromagnéticos, foi usada como base para cálculo da largura da faixa de servidão, e para os trabalhadores são seguidas as diretrizes da Norma Regulamentadora 10 (NR-10), que dispõe sobre segurança em instalações e serviços em eletricidade.
- **Impacto em comunidades tradicionais (IFC-PS nº7):** Na área de influência indireta do empreendimento, composta pela totalidade dos municípios afetados, foram identificadas quatro comunidades indígenas e uma quilombola. Das comunidades identificadas, a M'Biguaçu está localizada a uma distância inferior a 5 km do empreendimento. O processo de consulta a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) a respeito dessa comunidade está em andamento, já tendo manifestação favorável da fundação para elaboração de termo de referência para elaboração do

componente indígena do licenciamento ambiental, e o mesmo ainda não foi emitido. A compensação a essa comunidade afetada será decidida em fases posteriores do licenciamento.

- **Reassentamento involuntário (IFC-PS nº5):** No EIA entregue é indicada necessidade de liberação da faixa de servidão através de restrição de uso de porções de 90 propriedades. O cadastro dessas propriedades e de seus residentes é uma das ações previstas no Programa de Negociação e Estabelecimento da Faixa de Servidão para levantamento da área a ser afetada. As negociações serão realizadas individualmente com cada proprietário, e a meta do programa é de conseguir 100% de negociações amigáveis. De acordo com a empresa, os cálculos de indenização são feitos a partir da análise do preço da terra nua, e em caso de presença de benfeitorias e cultivos, os mesmos também tem seus custos avaliados para serem somados a indenização. Não foi fornecida uma lista de propriedades que serão afetadas e terão restrição de uso pelo empreendimento, pois o cadastro dos mesmos ainda não foi finalizado.
 - **Impacto em sítios arqueológicos e culturais (IFC-PS nº8):** Não foram identificados patrimônios históricos, culturais e arqueológicos em áreas próximas ao empreendimento. Não foram entregues pareceres do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) a respeito. O projeto não está localizado em territórios de patrimônio histórico-cultural da UNESCO.
-

Trabalhadores

●●●○ Satisfatório

- **Condições de trabalho de empregados diretos e terceirizados (IFC-PS nº2):** Para o período de operação, os funcionários são contratados em regime CLT. Para o período de obras, os funcionários são subcontratados, a partir de construtoras contratadas pela empresa. Estes funcionários terceirizados que trabalham durante as obras não são utilizados para atividades-fim e tem os mesmos treinamentos que todos os demais funcionários, além de serem contabilizados nos indicadores trabalhistas da empresa, portanto não havendo distinção entre seus indicadores e os demais. O EIA entregue prevê como um dos impactos do empreendimento a ocorrência de acidentes de trabalho durante as obras, e são apresentadas medidas de mitigação a respeito, como treinamentos e uso de equipamento de proteção individual (EPI). O projeto ainda não possui PBA, e o EIA entregue não inclui um plano de gestão de condições trabalhistas.
 - **Ações de não-discriminação na contratação e ambiente de trabalho (IFC-PS nº2):** A empresa informou que questões de discriminação no ambiente de trabalho são mencionadas em treinamentos e estão de acordo com seu Código de Conduta institucional, que é apresentado a todos os funcionários. Não há práticas formalizadas a nível de projeto sobre esse tema.
-

Gestão socioambiental

●●●○ Confortável

- **Sistema de gestão socioambiental (IFC-PS nº1):** O EIA entregue inclui Programa de Gestão Ambiental (PGA), que tem como objetivo garantir que a legislação ambiental e as condicionantes do licenciamento ambiental sejam cumpridas e as ações previstas nos planos ambientais sejam realizadas. O programa inclui indicadores para o acompanhamento de sua eficácia, como o número de multas ambientais recebidas. O programa também estabelece ações a serem realizadas para a sustentação de sua operação, como a elaboração de relatórios de acompanhamento. A ISA CTEEP informou que o PGA é gerido por empresa terceirizada responsável pela realização de estudos ambientais e por todos os programas ambientais do empreendimento. A CTEEP acompanha e fiscaliza esse trabalho, a partir de um colaborador de sua Coordenação de Soluções Ambientais. Ele está inserido na estrutura da empresa, ligado à Gerência de Soluções Socioambientais, na Diretoria de Projetos. Há um fiscal de engenharia na obra que reporta o andamento das atividades, assim como realiza visitas periódicas para realizar o acompanhamento e fiscalização *in loco*. Ademais, o projeto não conta com certificações.
 - **Transparência (IFC-PS nº1):** Como o empreendimento ainda não possui licenças ambientais, ainda não há relatórios de acompanhamento para seus programas ambientais. Entretanto, a empresa informou que os mesmos serão padronizados e terão a periodicidade que for determinada pelo órgão ambiental. Os mesmos estarão disponíveis para consultas junto ao IMA, e não serão publicados no site da empresa.
-

Não foram identificadas controvérsias socioambientais envolvendo o projeto Biguaçu. Esse fato é importante, pois indica que os programas de monitoramento, prevenção, mitigação e compensação de impactos socioambientais têm sido efetivos.

Dessa forma, é possível concluir que a emissora estabeleceu de maneira satisfatória os procedimentos para gestão de riscos socioambientais associados ao projeto Biguaçu, que receberá aportes do Título Verde, bem como para garantir que esse contribua para o desenvolvimento sustentável.

Projeto Itapura (Lote 10)

O projeto de transmissão Itapura (Lote 10) da SPE Interligação Elétrica Itapura S.A. correspondente ao Lote 10 do Leilão no 02/2018-ANEEL, compreendendo os seguintes componentes:

- (i) Instalação da SE 500/230 kV Lorena - (3+1R) x 400 MVA;
- (ii) Trechos de LT em 500 kV entre o seccionamento da LT 500 kV Tijuco Preto - Cachoeira Paulista C2 e a SE Lorena, com 2 x 2 km;
- (iii) Trechos de LT em 500 kV entre o seccionamento da LT 230 kV Aparecida - Santa Cabeça C1 e a SE Lorena, com 2 x 2 km;
- (iv) Trechos de LT em 230 kV entre o seccionamento da LT 230 kV Aparecida - Santa Cabeça C2 e a SE Lorena, com 2 x 2 km.

O projeto está localizado no município de Lorena em São Paulo. Sua Licença Ambiental Prévia (LP 2668) foi emitida em fevereiro de 2019, e sua Licença Ambiental de Instalação (LI 2587) em agosto de 2019, ambas pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB).

O custo total do projeto é de R\$ 238 milhões, com R\$ 40,5 milhões (17,01%) a serem obtidos através dessa emissão de títulos verdes. A operação comercial do empreendimento está prevista para setembro de 2022.

De modo geral, a performance socioambiental prevista para o projeto Itapura (Lote 10) é confortável. Dentre as dimensões avaliadas, destacam-se os seguintes resultados:

- Desempenho confortável nas dimensões ambiental, comunidades e gestão socioambiental, e satisfatório na dimensão trabalhadores, devido aos programas desenvolvidos através do Estudo Ambiental Simplificado (EAS) e do Plano de Básico Ambiental (PBA) que atendem a legislação brasileira;
- Não foi identificada nenhuma controvérsia envolvendo o projeto.

Tabela 6 - Análise da performance socioambiental do projeto de Itapura (Lote 10)

Ambiental	Confortável
<ul style="list-style-type: none">• Licenciamento e áreas protegidas (IFC-PS nº6): O projeto está em conformidade com o processo de licenciamento ambiental, tendo realizado estudos ambientais (EAS e PBA, respectivamente) para obtenção de suas licenças ambientais de instalação e operação. O compensador estático de Bauru, também incluído no projeto, foi dispensado de licenciamento. O EAS cita a necessidade de obtenção de outorga de uso da água, que está em processo de obtenção. O PBA entregue estabelece oito programas ambientais, de temas como gestão de resíduos, controle de erosão e supressão de vegetação. Para cada um dos programas foram estabelecidos indicadores para acompanhamento e cronograma para relatórios de avaliação periódicos. A empresa informou que os relatórios serão padronizados e estarão disponíveis para consulta junto ao órgão ambiental, e não em seu site. Em relação a áreas protegidas, o projeto não inclui a supressão de vegetação em áreas de preservação permanente (APPs) e não está localizado em áreas de patrimônio mundial da UNESCO nem na lista RAMSAR. Em relação ao Cadastro Ambiental Rural (CAR), toda a área do empreendimento está englobada em um terreno adquirido pela empresa através de uma desapropriação amigável para a instalação da subestação Lorena, e o CAR para essa área ainda está sendo regularizado.• Impacto na biodiversidade local (IFC-PS nº6): O empreendimento está localizado em uma área predominantemente dominada por atividade agrícola. No âmbito de seu EAS, foram realizadas análises de dados secundários e inspeções em campo para diagnóstico da flora e fauna, incluindo	

a avifauna. Não foram considerados períodos migratórios para essa análise. Em relação ao solo, foi realizada uma análise de susceptibilidade à erosão de acordo com dados secundários da região. O EAS não cita diagnósticos ou análises da paisagem. Já no âmbito do PBA foram estabelecidos programas ambientais relacionados com impactos identificados sobre a flora, solo e paisagem, como os de Supressão da Vegetação e Compensação Ambiental, de Controle de Erosão e Assoreamento e de Recuperação de Áreas Degradadas. Não foram exigidos programas relacionados a fauna, por conta da predominância de pastagens no local.

- **Utilização de materiais de menor impacto (IFC-OS nº3):** Não foram informados os modelos de cabos e subestações. A empresa informou que os componentes principais de seus projetos de transmissão são estruturas de aço e cabos de alumínio, e que a especificação dos materiais é feita de forma a minimizar perdas elétricas. Para o isolamento elétrico, a empresa informou que usa paredes corta fogo de alvenaria.
 - **Resíduos e ciclo de vida do projeto (IFC-OS nº3):** No escopo do EAS, a CETESB não exige a listagem de possíveis resíduos a serem gerados. Já o PBA inclui o Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes para proporcionar quantificação, acondicionamento, armazenagem, tratamento e destinação final adequada a resíduos e efluentes gerados no empreendimento. Um dos objetivos do programa é a redução na sua geração, a reutilização e reciclagem e são estabelecidos indicadores para seu acompanhamento. O programa será gerido por empresa especializada contratada com esse propósito, e seu cronograma de implantação é apresentado no PBA. Não foi apresentado plano de descomissionamento para o empreendimento em seu EAS e PBA. A empresa informou que só elabora planos de descomissionamento para seus empreendimentos após suas obras.
-

Comunidades

 Confortável

- **Impacto em comunidades no entorno (IFC-PS nº4):** Como o projeto foi considerado como de baixo impacto pela CETESB, foi realizado um EAS, estudo no qual não é exigido o levantamento de impactos sobre a comunidade adjacente ao empreendimento. Também não é exigida a realização de audiências públicas para empreendimentos que não realizem EIA/RIMA. Já o PBA apresenta o Programa de Comunicação Social e Educação Ambiental para difundir conhecimentos e informações para a população de forma adequada. Para tanto, são estabelecidos indicadores de acompanhamento e são estabelecidas ações, como o mapeamento de atores envolvidos, a disponibilização de canal de comunicação e a elaboração de material informativo. A outra vertente do programa inclui o foco em educar trabalhadores, com palestras periódicas. A empresa informou que faz ações sociais adicionais quando solicitadas pelo órgão ambiental, e que dá preferência a contratação de mão de obra local quando possível. Em relação a campos eletromagnéticos, a empresa informou que o empreendimento está afastado de comunidades, que trabalhadores seguem as diretrizes da NR-10.
 - **Impacto em comunidades tradicionais (IFC-PS nº7):** Não foram identificadas comunidades tradicionais na área de influência do empreendimento.
 - **Reassentamento involuntário (IFC-PS nº5):** A área da subestação do empreendimento foi desapropriada de forma amigável, e atualmente é de posse da empresa. A empresa informou que não haverá desapropriações na faixa de servidão, pois todo o espaço do empreendimento está contemplado na mesma propriedade que foi comprada.
 - **Impacto em sítios arqueológicos e culturais (IFC-PS nº8):** O EAS indica que o IPHAN se manifestou favorável a anuência das licenças ambientais do empreendimento, o considerando de baixa interferência sobre patrimônio histórico e arqueológico. O projeto não está localizado em territórios de patrimônio histórico-cultural da UNESCO.
-

Trabalhadores

 Satisfatório

- **Condições de trabalho de empregados diretos e terceirizados (IFC-PS nº2):** Os funcionários do empreendimento trabalhando nas obras são subcontratados de empresas construtoras. Na época de operação, os funcionários são contratados diretos da ISA CTEEP em regime CLT. Os funcionários terceirizados que trabalham durante as obras tem os mesmos treinamentos que todos os demais funcionários. Os mesmos são contabilizados nos indicadores trabalhistas da empresa, portanto não há distinção entre seus indicadores. Esses funcionários não são utilizados para atividades-fim. Em relação a riscos trabalhistas, o EAS identifica o risco de acidentes de trabalho que ocorre durante a implantação e operação, e o impacto é classificado como significativo. São propostas medidas de mitigação os Programas de Comunicação Social e de Seleção e de
-

Contração de Mão de Obra e de Saúde e Segurança no Trabalho. O PBA não inclui um plano de gestão das condições trabalhistas.

- **Ações de não-discriminação na contratação e ambiente de trabalho (IFC-PS nº2):** A empresa informou que questões de discriminação no ambiente de trabalho são mencionadas em treinamentos e estão de acordo com seu Código de Conduta institucional, que é apresentado a todos os funcionários. Não há práticas formalizadas a nível de projeto sobre esse tema.
-

Gestão socioambiental

○○○○ Confortável

- **Sistema de gestão socioambiental (IFC-PS nº1):** O PBA não inclui um PGA para acompanhamento das condicionantes ambientais. O PBA em si foi considerado a ferramenta para realização desse acompanhamento. A empresa informou que, apesar disso, há um PGA para sistematização da gestão das questões ambientais. Esse PGA é gerido por empresa terceirizada responsável por todos os programas ambientais do empreendimento. A empresa acompanha e fiscaliza esse trabalho, a partir de um funcionário da Coordenação de Soluções Ambientais, vinculado à Gerência de Soluções Socioambientais, na Diretoria de Projetos. Há um fiscal de engenharia na obra que reporta o andamento das atividades, assim como realiza visitas periódicas para realizar o acompanhamento e fiscalização in loco. O projeto não conta com certificações.
 - **Transparência (IFC-PS nº1):** O PBA indica que os programas ambientais terão relatórios de acompanhamento periódico para registro de suas atividades. Cada um dos programas tem suas metas e indicadores de acompanhamento estabelecidos. Estes relatórios estarão disponíveis mediante consulta junto ao órgão ambiental, e não no site da empresa.
-

Não foram identificadas controvérsias socioambientais envolvendo o projeto Itapura (Lote 10). Esse fato é importante, pois indica que os programas de monitoramento, prevenção, mitigação e compensação de impactos socioambientais têm sido efetivos.

Dessa forma, é possível concluir que a emissora estabeleceu de maneira confortável os procedimentos para gestão de riscos socioambientais associados ao projeto Itapura (Lote 10), que receberá aportes do Título Verde, bem como para garantir que esse contribua para o desenvolvimento sustentável.

Projeto Tibagi

O projeto de transmissão Tibagi, relacionado à SPE Interligação Elétrica Tibagi S.A., referente ao Lote 05 do Leilão no 05/2016-ANEEL, compreende:

- (i) Instalação da LT Nova Porto Primavera - Rosana, em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 18,2 km;
- (ii) Instalação de novo pátio de 230 kV na SE Rosana 138 kV (Novo Pátio de 230 kV e Transformação 230/138 kV - 6+1R Autotransformadores Monofásicos de 83,33 MVA cada);
- (iii) Três transformadores defasadores trifásicos (2+1R) 138/138 kV - 250 MVA.

O traçado da linha de transmissão intercepta os municípios de Rosana no estado de São Paulo e Diamante do Norte no estado do Paraná. O projeto visa reduzir restrições nas interligações em tensão de distribuição entre a região noroeste do Paraná e a região oeste de São Paulo, além de solucionar o atendimento elétrico à região norte do Paraná, conforme os requisitos de qualidade e confiabilidade requeridos no Sistema Interligado Nacional (SIN).

O projeto obteve a Licença Prévia (LP 569/2018) em abril de 2018, a Licença de Instalação (LI 1233/2018) em julho de 2018 e a Licença de Operação (LO 1534/2019)

em setembro de 2019, todas emitidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

O custo total do projeto é de R\$ 135 milhões, com R\$ 84,4 milhões (62,53%) a serem obtidos com a presente emissão de títulos verdes. Esse projeto já obteve R\$ 21,3 milhões da emissão de títulos verdes anterior da ISA CTEEP.

De modo geral, a performance socioambiental da construção do projeto Tibagi é confortável. Dentre as dimensões avaliadas, destacam-se os seguintes resultados:

- Desempenho confortável nas dimensões ambiental e gestão socioambiental, e satisfatório nas dimensões comunidades e trabalhadores, devido aos programas desenvolvidos através do Relatório Ambiental Simplificado (RAS) e do Plano de Básico Ambiental (PBA) que atendem a legislação brasileira;
- Não foi identificada nenhuma controvérsia envolvendo o projeto.

Tabela 7 - Análise da performance socioambiental do projeto de Tibagi

Ambiental	 Confortável
<ul style="list-style-type: none">• Licenciamento e áreas protegidas (IFC-PS n°6): O empreendimento conta com um processo de licenciamento ambiental adequado, tendo elaborado o RAS para obtenção de sua LP e o PBA para obtenção de sua LI. O projeto inclui intervenção em 5 ha de APPs e não está localizado em regiões incluídas nas listas UNESCO e RAMSAR. Em relação a seus planos ambientais, seu PBA estabelece os programas relacionados a mitigação de impactos adversos identificados, contemplando temas como gestão de resíduos, recuperação de áreas degradadas, controle de ruído, resgate paleontólogo, flora e fauna. Cada programa estabelecido tem sua justificativa, suas metas, ações previstas, indicadores de acompanhamento e cronograma de implementação indicados. A empresa informou que os relatórios de acompanhamento dos programas são padronizados e estão disponíveis para consulta junto ao órgão ambiental, e não em seu site. Ademais, o empreendimento não possui Cadastro Ambiental Rural (CAR), pois linhas de transmissão de energia elétrica não são passíveis de averbação de Reserva Legal (Lei Federal nº12.651/2012, em seu artigo 12º, inciso II, parágrafo 7º).• Impacto na biodiversidade local (IFC-PS n°6): As caracterizações da vegetação e da fauna foram realizadas através da coleta de dados secundários e primários, com campanhas de campo. Para a flora, foram identificadas 107 espécies sendo quatro endêmicas da Mata Atlântica e uma espécie do apêndice II da lista CITES, uma na Lista da Flora Brasileira Ameaçada de Extinção e quatro na lista vermelha de espécies ameaçadas de extinção da IUCN. Em relação a fauna foi realizada uma campanha de campo na qual foram instaladas cinco estações de amostragem. Não foram indicados acompanhamentos periódicos, e o período de migração de aves não foi considerado para o levantamento. Para o solo, foram caracterizados seus usos atuais. Na escolha do traçado, foi considerado o que tivesse menor impacto na paisagem. Já em relação aos riscos identificados relacionados a fauna, flora, solo e paisagem, foram propostos os programas de Recuperação de Áreas Degradadas, de Controle e Monitoramento de Processos Morfodinâmicos, de Supressão Vegetal, de Resgate da Flora, de Reposição Florestal, de Afugentamento e Resgate da Fauna, de Monitoramento da Fauna e de Monitoramento da Ornitofauna susceptível à Colisão e Eletrocussão. Os mesmos possuem cronograma de implementação e indicadores de acompanhamento. O risco de incêndios é mitigado no âmbito do Programa de Gerenciamento de Risco.• Utilização de materiais de menor impacto (IFC-OS n°3): Segundo o PBA, os cabos condutores utilizados são do modelo CAA Rail 954 MCM, feito de fios de alumínio e aço, comumente empregados nesse tipo de empreendimento. O isolamento elétrico é realizado a ar em parte da extensão, e com o gás de efeito estufa SF6 em outras porções do traçado.• Resíduos e ciclo de vida do projeto (IFC-OS n°3): Para o período de obras foram listados os resíduos a serem gerados por setor do empreendimento. O Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos indica que o gerenciamento de resíduos também deve ser realizado durante a operação, principalmente por conta do óleo isolante gerado. Os objetivos do programa são a redução na geração de resíduos, segregação, manuseio e armazenamento e disposição final adequados e inclui meta de 100% de reciclagem de resíduos aptos para tal. Não foi apresentado plano de descomissionamento para o empreendimento em seus estudos ambientais. A empresa informou que só elabora planos de descomissionamento para seus empreendimentos após suas obras, e o empreendimento ainda está na fase final de obras.	

- **Impacto em comunidades no entorno (IFC-PS nº4):** Os estudos realizados no âmbito do RAS identificaram 9 impactos sobre o meio socioeconômico, dos quais seis foram considerados como negativos. Cada um dos impactos identificados teve sua magnitude e sua importância avaliadas, a primeira considerando sua abrangência e temporalidade e a segunda considerando sua probabilidade de ocorrência, reversibilidade e cumulatividade. Casa um dos impactos identificados teve medidas mitigatórias propostas. Não foram exigidas audiências públicas. Em relação à mitigação dos impactos identificados, o PBA apresenta os Programas de Comunicação Ambiental e de Educação Ambiental. O primeiro visa estabelecer um diálogo com atores envolvidos com o empreendimento, para uma troca de informações adequada. O programa inclui meta de informar 100% da população da área de influência direta a respeito do empreendimento e estabelece um serviço de ouvidoria e e-mail. O segundo também visa atingir trabalhadores e comunidade da área de influência, para a promoção de práticas sustentáveis. Em relação a exposição a campos eletromagnéticos, o PBA indica que os níveis na faixa de servidão estão abaixo dos máximos admissíveis.
- **Impacto em comunidades tradicionais (IFC-PS nº7):** Não foram identificadas comunidades tradicionais nos municípios envolvidos na área de influência do empreendimento.
- **Reassentamento involuntário (IFC-PS nº5):** O RAS indica que 15 propriedades seriam interceptadas pelo empreendimento, e necessitariam ter seu uso restrito em algumas porções de sua extensão. O Programa de Estabelecimento da Faixa de Servidão Administrativa tem como objetivo a compensação financeira desses proprietários para liberação da faixa através de acordos preferencialmente amigáveis. Não foi indicada a realização de consultas públicas a respeito. O mesmo estudo ainda listou as propriedades e proprietários afetados. A ISA CTEEP informou que os cálculos de indenização são feitos a partir da análise do preço da terra nua, e em caso de presença de benfeitorias e cultivos, os mesmos também tem seus custos avaliados para serem somados a indenização.
- **Impacto em sítios arqueológicos e culturais (IFC-PS nº8):** Foram identificados 22 patrimônios arqueológicos em municípios envolvidos na área de influência do projeto. Para mitigação de impactos sobre novas descobertas arqueológicas que poderiam vir a acontecer, as operações de escavação deveriam ser acompanhadas por inspetor treinado em identificação desse tipo de patrimônio, para manusear e armazená-lo, além do treinamento dos trabalhadores a respeito. O IPHAN emitiu anuência ao licenciamento do empreendimento através do Ofício 56/2018/CNL/GAB Presi-IPHAN. O projeto não está localizado em territórios de patrimônio histórico-cultural da UNESCO.

- **Condições de trabalho de empregados diretos e terceirizados (IFC-PS nº2):** Os funcionários do empreendimento trabalhando nas obras são subcontratados de empresas construtoras. Na época de operação, os funcionários são contratados diretos da ISA CTEEP em regime CLT. Os funcionários terceirizados que trabalham durante as obras tem os mesmos treinamentos que todos os demais funcionários. Os mesmos são contabilizados nos indicadores trabalhistas da empresa, portanto não há distinção entre seus indicadores. Esses funcionários não são utilizados para atividades-fim. O Programa de Saúde e Segurança no Trabalho inclui relatórios periódicos e indicadores de acompanhamento como número de materiais gráficos entregues aos trabalhadores. Não há plano de gestão das condições trabalhistas nos estudos ambientais entregues. A empresa indicou que são realizados treinamentos para evitar acidentes relacionados com quedas e choques.
- **Ações de não-discriminação na contratação e ambiente de trabalho (IFC-PS nº2):** A empresa informou que questões de discriminação no ambiente de trabalho são mencionadas em treinamentos e estão de acordo com seu Código de Conduta institucional, que é apresentado a todos os funcionários. Não há práticas formalizadas a nível de projeto sobre esse tema.

- **Sistema de gestão socioambiental (IFC-PS nº1):** O PBA apresenta o Programa de Gestão Ambiental (PGA), que visa gerenciar os programas ambientais do empreendimento de forma a cumprir a legislação ambiental aplicável, assim com as condicionantes das licenças ambientais. O programa também inclui procedimentos para intercorrências, além de indicadores de acompanhamento e cronograma de implantação. A empresa informou que o PGA é gerido por empresa terceirizada responsável por todos os programas ambientais do empreendimento. A ISA

CTEEP acompanha e fiscaliza esse trabalho, a partir de um funcionário da Coordenação de Soluções Ambientais da empresa. Ele está inserido na estrutura da empresa, ligado à Gerência de Soluções Socioambientais, na Diretoria de Projetos. Há um fiscal de engenharia na obra que o mantém informado o andamento das atividades, assim como realiza visitas periódicas para realizar o acompanhamento no local. O empreendimento não conta com certificações.

- **Transparência (IFC-PS nº1):** A empresa não divulga os relatórios de acompanhamento dos programas ambientais do empreendimento em seu site, e os mesmos estão disponíveis para consulta junto ao órgão ambiental.
-

Não foram identificadas controvérsias socioambientais envolvendo o projeto Tibagi. Esse fato é importante, pois indica que os programas de monitoramento, prevenção, mitigação e compensação de impactos socioambientais têm sido efetivos.

Dessa forma, é possível concluir que a emissora estabeleceu de maneira confortável os procedimentos para gestão de riscos socioambientais associados ao projeto Tibagi, que receberá aportes do Título Verde, bem como para garantir que esse contribua para o desenvolvimento sustentável.

Projeto Aguapeí

O projeto do sistema de transmissão Aguapeí, da SPE Interligação Elétrica Aguapeí S.A., que corresponde ao Lote 29 do Leilão no 05/2016-ANEEL, compreende os seguintes componentes:

- (i) Instalação da SE Alta Paulista em 440/138 kV, 2 X 400 MVA;
- (ii) Instalação da SE Baguaçu em 440/138 kV, 2 x 300MVA;
- (iii) Implementação de trechos de LT em 440 kV, circuito simples, com extensões aproximadas de 53 e 54 km, compreendido entre o ponto de seccionamento da LT em 440 kV Marechal Rondon - Taquaraçu e a SE Alta Paulista;
- (iv) Implementação de Trechos de LT em 440 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 1 km cada, compreendido entre o ponto de seccionamento da LT em 440 kV Ilha Solteira - Bauru, circuitos 1 e 2, e a SE Baguaçu, as entradas de linha correspondentes na SE Baguaçu, e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas entradas de linha das SE Ilha Solteira e Bauru;
- (v) Implementação de trechos de LT em 138 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 2 km cada, compreendido entre o ponto de seccionamento da LT em 138 kV Flórida Paulista - Presidente Prudente, circuitos 1 e 2, e a SE Alta Paulista;
- (vi) Implementação de trechos de LT em 138 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 19 km cada, compreendido entre o ponto de seccionamento da LT em 138 kV Nova Avanhandava - Valparaíso, circuitos 1 e 2, e a SE Baguaçu, as entradas de linha correspondentes na SE Baguaçu.

O empreendimento atravessa os municípios de Flórida Paulista, Flora Rica, Pacaembu, Irapuru, Junqueirópolis, Dracena, Birigui e Brejo Alegre, todos no estado de São Paulo. O projeto está em sua fase inicial de implantação, com operação comercial prevista para agosto de 2021.

O projeto teve duas Licenças de Instalação emitidas, uma relativa à SE Baguaçu (LI 2579/2019) e outra à SE Alta Paulista (LI 2581/2019), ambas emitidas pela CETESB. O projeto tem o objetivo de melhorar o desempenho do sistema elétrico da região de Araçatuba e Presidente Prudente para eliminar problemas de carregamento e tensão das Demais Instalações de Transmissão (DITs) de 138 kV, para o atendimento dos requisitos de qualidade e confiabilidade requeridos no SIN.

O custo total do projeto é de R\$ 602 milhões, dos quais R\$ 126 milhões já foram obtidos através de emissão de títulos verdes anterior pela ISA CTEEP. Para a emissão atual, R\$ 1,6 milhão (0,27%) serão captados para esse projeto.

De modo geral, a performance socioambiental do projeto Aguapeí é confortável. Dentre as dimensões avaliadas, destacam-se os seguintes resultados:

- Desempenho confortável nas dimensões ambiental e comunidades, e satisfatório nas dimensões trabalhadores e gestão socioambiental, devido aos programas desenvolvidos através do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) da SE Alta Paulista, do Estudo Ambiental Simplificado (EAS) da SE Baguaçu, e dos Planos Básicos Ambientais (PBAs) de ambas as SEs, que atendem a legislação brasileira;
- Não foi identificada nenhuma controvérsia envolvendo o projeto.

Tabela 8 - Análise da performance socioambiental do projeto de Aguapeí

Ambiental	 Confortável
<ul style="list-style-type: none"> • Licenciamento e áreas protegidas (IFC-PS nº6): O empreendimento está em conformidade com seu processo de licenciamento ambiental junto à CETESB. O projeto não prevê intervenções em áreas de APP e não está localizado em áreas incluídas nas listas da UNESCO e RAMSAR. Em relação a seus programas ambientais, seus PBAs definem programas relacionados gestão de resíduos, processos erosivos, saúde e segurança de trabalhadores, flora, fauna e educação ambiental. Todos os programas apresentam metas, indicadores e ações planejadas. Seus relatórios de acompanhamento serão periódicos, padronizados, e serão públicos via solicitação ao órgão ambiental. Em relação ao Cadastro Ambiental Rural (CAR), linhas de transmissão de energia elétrica não são passíveis de averbação de Reserva Legal (Lei Federal nº12.651/2012, em seu artigo 12º, inciso II, parágrafo 7º). • Impacto na biodiversidade local (IFC-PS nº6): O empreendimento está inserido no bioma Mata Atlântica. Os estudos ambientais realizados indicaram que foram usados dados primários e secundários para diagnóstico da flora, que concluíram vegetação local se encontra pouco conservada. Essa análise resultou em 120 espécies identificadas, das quais 15 estão em algum grau de ameaça. Para avaliação da fauna também foram realizadas análises em campo, que identificaram uma espécie de herpetofauna (nenhuma ameaçada), 110 aves (7 ameaçadas) e 10 mamíferos (4 ameaçados). O período de migração de aves não foi considerado para a análise. Para solos, foi realizada uma análise física, através de campanhas de campo. A implementação dos componentes do empreendimento teve como diretriz a minimização de impactos sobre a paisagem local. A respeito dos impactos identificados, o empreendimento conta com os programas de Recuperação de Áreas Degradadas, de Controle e Monitoramento de Processos Morfodinâmicos, de Afugentamento e Proteção da Fauna, de Monitoramento da Ornitofauna Suscetível a Colisão e Eletrocussão, de Supressão Vegetal, de Resgate da Flora e de Reposição Florestal. Todos os programas incluem indicadores de acompanhem-no e ações previstas. O PBA inclui ações de prevenção a incêndios, no âmbito de diversos programas. • Utilização de materiais de menor impacto (IFC-OS nº3): O EIA não indica o modelo de cabos condutores. A empresa informou que os componentes principais de seus projetos de transmissão são estruturas de aço e cabos de alumínio, e que a especificação dos materiais é feita de forma a minimizar perdas elétricas e que o isolamento elétrico é realizado a ar. • Resíduos e ciclo de vida do projeto (IFC-OS nº3): Os estudos ambientais apresentados não possuem lista de possíveis resíduos a serem gerados durante as obras e operação. O empreendimento conta com Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes, que tem como objetivo a destinação adequada dos resíduos gerados, além de reutilização e reciclagem. O programa também conta com indicadores de acompanhamento, como a quantidade de resíduos destinados a aterros sanitários. Não foi apresentado plano de descomissionamento 	

para o empreendimento em seus estudos ambientais. A empresa informou que só elabora planos de descomissionamento para seus empreendimentos após suas obras.

Comunidades

 Satisfatório

- **Impacto em comunidades no entorno (IFC-PS nº4):** A análise de impactos a comunidades adjacentes contou com coleta de dados oficiais e aplicação de questionários na população. A partir desse diagnóstico, foram identificados oito impactos sobre o meio socioeconômico, dos quais cinco negativos. Para cada um dos impactos, foram avaliados sua temporalidade, duração, abrangência e magnitude, além de serem propostas medidas de mitigação. A empresa informou que não foram realizadas audiências públicas. Para mitigar os impactos identificados, o empreendimento conta com o Programa de Comunicação Social e Educação Ambiental, que visa construir um relacionamento construtivo entre empreendedor e demais atores envolvidos e afetados pelo empreendimento. O programa tem meta de realização de três ações de educação ambiental durante as obras, e de informar 100% dos moradores da área de influência direta. São indicados indicadores de acompanhamento como o número de pessoas participantes nas atividades oferecidas. A empresa informou que realiza ações sociais solicitadas pelo órgão ambiental. Dessa forma, não foram realizadas ações sociais adicionais. Em relação a campos eletromagnéticos, os estudos ambientais indicam que seu nível na faixa de servidão deverá ser medido para indicação de sua conformidade com os padrões estabelecidos pela ONS.
- **Impacto em comunidades tradicionais (IFC-PS nº7):** Não foram identificadas comunidades tradicionais nos municípios contemplados pelo empreendimento.
- **Reassentamento involuntário (IFC-PS nº5):** O empreendimento afeta 188 propriedades que terão de ter seu uso parcialmente restrito nas áreas de interceptação com as LTs. Por esse motivo, o Programa de Estabelecimento da Faixa de Servidão Administrativa, tem como meta liberar a faixa de servidão através de acordos amigáveis, e uniformizar a forma de cálculo das indenizações. O PBA listou os empreendimentos afetados e seus proprietários. A empresa informou que os cálculos de indenização são feitos a partir da análise do preço da terra nua, e em caso de presença de benfeitorias e cultivos, os mesmos também tem seus custos analisados para serem somados a indenização.
- **Impacto em sítios arqueológicos e culturais (IFC-PS nº8):** De acordo com seus estudos ambientais, o projeto não afeta patrimônio histórico-cultural. O projeto não está localizado em territórios de patrimônio histórico-cultural da UNESCO.

Trabalhadores

 Satisfatório

- **Condições de trabalho de empregados diretos e terceirizados (IFC-PS nº2):** Os funcionários das obras são subcontratados de empresas construtoras. Na época de operação, os funcionários são contratados diretos da ISA CTEEP em regime CLT. O EAS identifica o risco de acidentes de trabalho que ocorre durante a implantação e operação, e o impacto é classificado como significativo. São propostas medidas de mitigação os Programas de Comunicação Social e de Seleção e de Contratação de Mão de Obra e de Saúde e Segurança no Trabalho. Os funcionários terceirizados que trabalham durante as obras têm os mesmos treinamentos que todos os funcionários. Os mesmos são contabilizados nos indicadores trabalhistas da empresa, portanto não há distinção entre seus indicadores e os demais. Esses funcionários não são utilizados para atividades-fim. Para mitigação sobre impactos relacionados aos trabalhadores, o Programa de Seleção e Contratação de Mão de Obra, de Saúde e Segurança no Trabalho, apresentados no PBA, tem como objetivos a contratação de mão de obra local, realização de conscientização de trabalhadores e fornecimento de EPI. Esses programas não incluem a gestão de condições trabalhistas. Não são citadas medidas para mitigação de acidentes de queda e choques.
- **Ações de não-discriminação na contratação e ambiente de trabalho (IFC-PS nº2):** A empresa informou que questões de discriminação no ambiente de trabalho são mencionadas em treinamentos e estão de acordo com seu Código de Conduta institucional, que é apresentado a todos os funcionários. Não há práticas formalizadas a nível de projeto sobre esse tema.

Gestão socioambiental

 Satisfatório

- **Sistema de gestão socioambiental (IFC-PS nº1):** Os PBAs entregues não incluem PGAs. A empresa informou que o PBA em si é o sistema de gestão ambiental do empreendimento, sendo o conjunto de todos os programas ambientais. A empresa informou que a gestão ambiental do empreendimento é administrada por empresa terceirizada. A empresa acompanha e fiscaliza esse trabalho, a partir de um funcionário colaborador de sua Coordenação de Soluções Ambientais. Ele

está inserido na estrutura da empresa, ligado à Gerência de Soluções Socioambientais, na Diretoria de Projetos. Há um fiscal de engenharia na obra que reporta o andamento das atividades, assim como realiza visitas periódicas para realizar o acompanhamento e fiscalização in loco.

- **Transparência (IFC-PS n°1):** Não são fornecidos indicadores para acompanhamento do PGA, apenas os indicadores de cada um dos programas ambientais individualmente. A empresa informou que o acompanhamento dos programas se dará na periodicidade exigida pelo órgão ambiental, e que estarão disponíveis mediante consulta ao órgão, e não em seu site.

Não foram identificadas controvérsias socioambientais envolvendo o projeto Aguapeí. Esse fato é importante, pois indica que os programas de monitoramento, prevenção, mitigação e compensação de impactos socioambientais têm sido efetivos.

Dessa forma, é possível concluir que a emissora estabeleceu de maneira confortável os procedimentos para gestão de riscos socioambientais associados ao projeto Aguapeí, que receberá aportes do Título Verde, bem como para garantir que esse contribua para o desenvolvimento sustentável.

Projeto Itaúnas

O projeto de transmissão Itaúnas, da SPE Interligação Elétrica Itaúnas S.A. corresponde ao Lote 21 do Leilão no 13/2015-ANEEL-2ª Etapa, e compreende:

- (i) Instalação da LT Viana 2 - João Neiva 2, em 345 kV, primeiro circuito, de aproximadamente 77 km;
- (ii) Instalação da SE João Neiva 2, 345/138 kV - 13,8 kV (9+1R) x 133,33 MVA e 1 CER 345 kV - 150/+150 MVA.

O traçado da linha de transmissão atravessa os municípios de Viana, Domingos Martins, Cariacica, Santa Leopoldina, Fundão, Ibirajú e João Neiva, todos no estado do Espírito Santo.

O projeto tem custo total de R\$ 298 milhões, com R\$ 84,9 milhões tendo sido obtidos em emissão de títulos verdes anterior da ISA CTEEP. Na presente emissão serão obtidos R\$ 58,0 milhões (19,46%) para o projeto.

O projeto teve sua Licença Prévia (LP – CGE/COED/Nº 31/2019/CLASSE III) emitida em maio de 2019 e sua Licença de Instalação (LI – GGE/COEI/Nº 82/2019/CLASSE III) emitida em agosto de 2019, ambas pelo Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA). Sua operação comercial está prevista para agosto de 2021.

O projeto visa eliminar o esgotamento no suprimento das subestações Viana e Vitória, que está previsto no curto prazo devido ao crescimento na demanda de energia do estado, além de aumentar o grau de confiabilidade da área.

De modo geral, a performance socioambiental do projeto Itaúnas é confortável. Dentre as dimensões avaliadas, destacam-se os seguintes resultados:

- Desempenho satisfatório nas dimensões ambiental e trabalhadores, e confortável nas dimensões comunidades e gestão socioambiental, devido aos programas desenvolvidos através do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Plano Básico Ambiental (PBA) que atendem a legislação brasileira;
- Não foi identificada nenhuma controvérsia envolvendo o projeto.

Tabela 9 - Análise da performance socioambiental do projeto de Itaúnas

Ambiental	 Satisfatório
<ul style="list-style-type: none"> <li data-bbox="261 255 1361 622"> <p>• Licenciamento e áreas protegidas (IFC-PS nº6): O empreendimento está em conformidade com seu licenciamento ambiental, tendo elaborado EIA e PBA. O projeto inclui intervenção em 0,95 ha de APPs. O empreendimento não está nas listas UNESCO e RAMSAR. No PBA são estabelecidos programas ambientais relacionados com a reposição florestal, monitoramento da fauna, comunicação, processos erosivos, contratação de mão de obra local e indenização a propriedades. Para cada programa são fornecidos justificativa, objetivos, metas, indicadores de acompanhamento, público-alvo, metodologia, produtos, e relação com a legislação aplicável. A escolha do traçado da linha considerou o desvio de áreas protegidas, conglomerados urbanos e uma comunidade quilombola, não estando em corredores e estradas já existentes. Em relação ao Cadastro Ambiental Rural (CAR), o empreendimento não o possui, pois linhas de transmissão de energia elétrica não são passíveis de averbação de Reserva Legal (Lei Federal nº12.651/2012, em seu artigo 12º, inciso II, parágrafo 7º) não necessitando de CAR nas propriedades de seu traçado.</p> <li data-bbox="261 645 1361 1034"> <p>• Impacto na biodiversidade local (IFC-PS nº6): A análise da fauna na região, que foi dividida entre herpetofauna, mastofauna e avifauna, contou com estudo de dados secundários, e com coleta de dados primários com a instalação de estações amostrais, busca ativa visual, busca ativa auditiva e uso de armadilhas de interceptação e queda. Foram identificadas 159 espécies de aves (com 4 vulneráveis), 35 de mamíferos (com 6 ameaçadas de extinção), 23 anfíbios e 33 répteis. A avaliação não considerou o período migratório de espécies. Para a flora, também foram analisados dados secundários e foi realizada uma campanha de campo. Para o solo, foram realizadas análises relacionadas a seu uso e ocupação, recursos minerais e geologia. Já a paisagem regional foi caracterizada a partir de dados secundários e inventariado florestal. No PBA, são estabelecidos os Programas de Prevenção, Controle e Acompanhamento de Processos Erosivos, de Supressão da Vegetação, de Afugentamento e Resgate da Fauna Silvestre, de Recuperação de Áreas Degradadas, de Monitoramento de Aves e de Monitoramento de Quirópteros relacionados aos impactos identificados. Em relação a incêndios, o PGA apresentado inclui cumprimento da NR-23, de proteção contra incêndios.</p> <li data-bbox="261 1057 1361 1205"> <p>• Utilização de materiais de menor impacto (IFC-OS nº3): O EIA não indica o modelo de cabos condutores. A empresa informou que os componentes principais de seus projetos de transmissão são estruturas de aço e cabos de alumínio, que a especificação dos materiais é feita de forma a minimizar perdas elétricas e que o isolamento elétrico no empreendimento é realizado a ar e com o gás de efeito estufa SF6.</p> <li data-bbox="261 1227 1361 1451"> <p>• Resíduos e ciclo de vida do projeto (IFC-OS nº3): O PBA apresentado lista os possíveis resíduos a serem gerados pelo empreendimento por classe. No EIA, é apresentado o Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos, que visa armazenar, transportar e destinar adequadamente os resíduos gerados no empreendimento a partir do estabelecimento de diretrizes, sistemas e procedimentos. No PBA, são detalhados seus objetivos, metas e indicadores para o programa, além de seu cronograma de implementação. Não foi apresentado plano de descomissionamento para o empreendimento em seus estudos ambientais. A empresa informou que só elabora planos de descomissionamento para seus empreendimentos após suas obras.</p> 	
Comunidades	 Confortável
<ul style="list-style-type: none"> <li data-bbox="261 1543 1361 2042"> <p>• Impacto em comunidades no entorno (IFC-PS nº4): Para caracterização do meio socioeconômico, foram entrevistadas 19 pessoas dos municípios afetados, tanto ocupantes de cargos administrativos como moradores das cidades em geral. A partir do diagnóstico estabelecido, foram indicados nove impactos sobre o meio antrópico no EIA. Destes, seis foram considerados como negativos. Para todos os impactos levantados são indicadas medidas mitigatórias ou medidas intensificadoras quando o impacto foi considerado positivo. O EIA apresenta os programas de Comunicação Social, de Educação Ambiental e de Educação Ambiental para Trabalhadores. O primeiro tem como objetivo informar a população acerca do empreendimento e seus possíveis impactos, visando a participação da sociedade e transparência. O segundo tem o objetivo de conscientizar comunidades próximas ao empreendimento, para formação de responsabilidade socioambiental. Por último, o terceiro visa preparar funcionários para a implementação do empreendimento, principalmente no que tange aspectos e cuidados socioambientais. A empresa informou que realiza ações sociais exigidas pelos órgãos ambientais. No âmbito do PBA o empreendimento também conta com Programa Executivo de Priorização de Mão de Obra Local e o Programa de Priorização de Contratação de Produtos e Serviços Locais, para promoção de empregabilidade e negócios locais. Ademais, foram realizadas duas audiências públicas antes da emissão da licença prévia para o empreendimento. Não foram fornecidas informações sobre campos eletromagnéticos no EIA. A empresa informou que a largura da faixa</p> 	

de servidão foi calculada de acordo com os limites de exposição a campos eletromagnéticos estabelecidos pela ANEEL.

- **Impacto em comunidades tradicionais (IFC-PS nº7):** O traçado da LT foi alterado para ficar a mais de 5 km da comunidade quilombola Retiro e, portanto, o projeto não afeta comunidades tradicionais.
 - **Reassentamento involuntário (IFC-PS nº5):** No EIA é indicado que haverá necessidade de liberação da faixa de servidão através de restrição de uso de porções de 201 propriedades. Ditas propriedades não foram listadas. O Programa de Instituição da Faixa de Servidão Administrativa e Indenização de Benfeitorias visa estabelecer critérios claros e objetivos para a indenização de proprietários. A ISA CTEEP informou que os cálculos de indenização são feitos a partir da análise do preço da terra nua, e em caso de presença de benfeitorias e cultivos, os mesmos também tem seus custos analisados para serem somados a indenização.
 - **Impacto em sítios arqueológicos e culturais (IFC-PS nº8):** O empreendimento não gera impacto em sítios arqueológicos e culturais e não está localizado em territórios de patrimônio histórico-cultural da UNESCO.
-

Trabalhadores

 Satisfatório

- **Condições de trabalho de empregados diretos e terceirizados (IFC-PS nº2):** Os funcionários atuantes no período das obras são subcontratados de empresas construtoras. Na época de operação, os funcionários são contratados diretos da ISA CTEEP em regime CLT. A contratação de mão de obra prioriza a população local quando possível. Não são levantados riscos operacionais e sociais sobre os trabalhadores do empreendimento no âmbito do EIA. O PBA inclui o Plano de Educação Ambiental para os Trabalhadores (PEAT), e o Plano de Alojamento. O primeiro visa conscientizar os funcionários acerca dos possíveis impactos ambientais do empreendimento e formas de mitigá-los, com meta de treinar 100% dos funcionários. O segundo visa estabelecer diretrizes de acomodação e transportes para funcionários para menor impacto social. Neste, são estabelecidas questões como as estruturas físicas da frente de trabalho e as refeições a serem fornecidas para os funcionários. A empresa informou que são realizados treinamentos para evitar riscos relacionados com trabalho em altura e choques. Ademais, os funcionários terceirizados que trabalham durante as obras têm os mesmos treinamentos que todos os demais funcionários. Os mesmos são contabilizados nos indicadores trabalhistas da empresa, portanto não há distinção entre seus indicadores. Esses funcionários não são utilizados para atividades-fim.
 - **Ações de não-discriminação na contratação e ambiente de trabalho (IFC-PS nº2):** A empresa informou que questões de discriminação no ambiente de trabalho são mencionadas em treinamentos e estão de acordo com seu Código de Conduta institucional, que é apresentado a todos os funcionários. Não há práticas formalizadas a nível de projeto sobre esse tema.
-

Gestão socioambiental

 Confortável

- **Sistema de gestão socioambiental (IFC-PS nº1):** O EIA apresenta o Programa de Gestão Ambiental (PGA) para acompanhar todos os aspectos ambientais do empreendimento, incluindo o desenvolvimento dos outros programas ambientais e implementação das ações previstas nos estudos ambientais, minimizando o impacto negativo do empreendimento. O PBA detalha o PGA apresentado no EIA, que tem como objetivo a excelência ambiental do empreendimento, a partir de gestão integrada, incluindo análise dos indicadores e atualização dos procedimentos quando necessário. A empresa informou que o PGA é gerido por empresa terceirizada responsável por todos os programas ambientais do empreendimento. A empresa acompanha e fiscaliza esse trabalho, a partir de um funcionário colaborador da Coordenação de Soluções Ambientais da empresa. Ele está inserido na estrutura da empresa, ligado à Gerência de Soluções Socioambientais, na Diretoria de Projetos. Há um fiscal de engenharia na obra que reporta o andamento das atividades, assim como realiza visitas periódicas para realizar o acompanhamento e fiscalização in loco. Ademais, o projeto não conta com certificações ambientais.
 - **Transparência (IFC-PS nº1):** O PGA inclui indicadores de acompanhamento, como a relação entre condicionantes ambientais solicitadas e atendidas, e número de resultados apresentados. Seus relatórios de acompanhamento estarão disponíveis mediante consulta ao órgão ambiental, e não no site da empresa. A periodicidade de seu acompanhamento será determinada pelo órgão ambiental.
-

Não foram identificadas controvérsias socioambientais envolvendo o projeto Itaúnas. Esse fato é importante, pois indica que os programas de monitoramento, prevenção, mitigação e compensação de impactos socioambientais têm sido efetivos.

Dessa forma, é possível concluir que a emissora estabeleceu de maneira confortável os procedimentos para gestão de riscos socioambientais associados ao projeto Itaúnas, que receberá aportes do Título Verde, bem como para garantir que esse contribua para o desenvolvimento sustentável.

Projeto Itaquerê

O projeto Itaquerê, da SPE Interligação Elétrica Itaquerê S.A., relativo ao Lote 06 do Leilão no 05/2016-ANEEL, compreende:

- (i) Instalação de três compensadores síncronos de reativos em 500 kV na SE Araraquara 2, -180/+300 Mvar cada, incluído os transformadores elevadores e respectivas conexões.

A SE a receber a instalação dos compensadores, já existente e energizada, é gerida pela empresa State Grid. O empreendimento está localizado no município de Araraquara, em São Paulo, e visa ser um reforço necessário à Rede Básica para possibilitar um melhor controle do nível de tensão em condições N-1 do sistema de 500 kV. Sua operação comercial está prevista para agosto de 2021.

O custo total do projeto é de R\$ 398 milhões, dos quais R\$ 113,5 milhões (28,53%) serão obtidos com essa emissão de títulos verdes. O projeto já obteve R\$ 65,1 milhões da emissão de títulos verdes anterior da ISA CTEEP.

Como se trata de uma instalação no interior de um empreendimento já existente, operante e gerido por outra empresa, o projeto foi dispensado de licenciamento ambiental pelo Ibama, através do Ofício nº 281/2017/SUPES-SP-IBAMA. A empresa informou que são aplicados seus procedimentos padrão de gestão ambiental.

Não foram identificadas controvérsias socioambientais envolvendo o projeto Itaquerê. Esse fato é importante, pois indica que os procedimentos de gestão ambiental aplicados têm sido efetivos.

Dessa forma, é possível concluir que a emissora estabeleceu de maneira confortável os procedimentos para gestão de riscos socioambientais associados ao projeto Itaquerê, que receberá aportes do Título Verde, bem como para garantir que esse contribua para o desenvolvimento sustentável.

Projeto Itapura (Lote 25)

O projeto Itapura, da SPE Interligação Elétrica Itapura S.A., correspondente ao Lote 25 do Leilão no 05/2016-ANEEL, compreende:

- (i) Instalação de um compensador estático - CE (-125/+250) Mvar no novo setor de 440 kV da SE Bauru.

O empreendimento está localizado no município de Bauru, em São Paulo. O projeto tem o objetivo de dar reforço necessário à Rede Básica para possibilitar um melhor controle do nível de tensão devido aos elevados intercâmbios no sistema de 440 kV, relacionados a integração da UHE Belo Monte ao SIN, e ao impacto que a perspectiva de importação do excedente da energia gerada pelas UTE's de Biomassa do Mato Grosso do Sul, causariam no sistema de 440 kV do Estado de São Paulo.

O projeto foi dispensado de licenciamento ambiental pela CETESB por conta de seus baixos impactos ambientais. A empresa informou que são aplicados seus procedimentos padrão de gestão ambiental.

O custo total da implementação é de R\$ 126,0 milhões, dos quais R\$ 36,7 milhões (29,11%) a serem obtidos com a presente emissão de títulos verdes. O empreendimento já obteve R\$ 19,3 milhões da emissão anterior de títulos verdes da ISA CTEEP. Sua operação comercial está prevista para fevereiro de 2021.

Não foram identificadas controvérsias socioambientais envolvendo o projeto Itapura. Esse fato é importante, pois indica que os procedimentos de gestão socioambiental têm sido efetivos.

Dessa forma, é possível concluir que a emissora estabeleceu de maneira confortável os procedimentos para gestão de riscos socioambientais associados ao projeto Itapura, que receberá aportes do Título Verde, bem como para garantir que esse contribua para o desenvolvimento sustentável.

Projeto Aimorés

O projeto Aimorés é um empreendimento da SPE Interligação Elétrica Aimorés S.A. do Lote 4 do Leilão nº 13/2015-ANEEL – 2ª Etapa, que compreende:

- (i) Instalação da LT de 500 kV entre as SEs Padre Paraíso e Governador Valadares 6, com extensão de 208 km.

O objetivo do projeto é atender à expansão do Sistema Interligado Nacional (SIN) aumentando a capacidade de transmissão de energia da interligação nordeste-sudeste permitindo o adequado escoamento dos atuais e futuros empreendimentos de geração, predominantemente parques eólicos, previstos para no Nordeste, mitigando o risco de déficit de energia elétrica da região Sudeste do País.

Os municípios pelos quais o projeto passará são: Campanário, Caraí, Catuji, Frei Gaspar, Frei Inocêncio, Governador Valadares, Itambacuri, Jampruca, Marilac, Mathias Lobato, Padre Paraíso, Ponto dos Volantes, Poté e Teófilo Otoni, todos em Minas Gerais.

O projeto teve sua Licença Prévia (LP nº587/2018) emitida em fevereiro de 2018 e sua Licença de Instalação (LI nº 1284/2019) em abril de 2019, ambas emitidas pelo Ibama. A gestão do projeto está dividida entre as empresas ISA CTEEP e Taesa.

Atualmente, o Projeto Aimorés encontra-se em fase de implementação, com a finalização da mobilização de seus canteiros e início das fundações e concretagem de suas torres. De acordo com o contrato de concessão, a data regulatória para entrada em operação da infraestrutura do empreendimento é 9 de fevereiro de 2022.

O volume estimado de recursos financeiros necessários para a realização do Projeto Aimorés é de R\$ 171,0 milhões, dos quais R\$ 12,4 milhões (7,25%) a serem obtidos

com essa emissão de títulos verdes. O projeto já recebeu R\$ 70,2 milhões da emissão de títulos verdes anterior da ISA CTEEP.

De modo geral, a performance socioambiental da construção e operação do complexo de transmissão Aimorés é confortável. Dentre as dimensões avaliadas, destacam-se os seguintes resultados:

- Desempenho confortável nas dimensões ambiental, trabalhadores e gestão socioambiental, e satisfatório na dimensão comunidades, devido aos programas descritos no Relatório de Detalhamento de Programas Ambientais (RDPA) que atendem a legislação brasileira;
- Não foi identificada nenhuma controvérsia envolvendo o projeto.

Tabela 10 - Análise da performance socioambiental do projeto de Aimorés

Ambiental	 Satisfatório
<ul style="list-style-type: none">• Licenciamento e áreas protegidas (IFC-PS nº6): O projeto de Transmissão Aimorés prevê intervenção em Áreas de Preservação Permanente (APPs). Para minimizar esses impactos foram implementados Programa de Supressão Vegetal, para que essa ação seja realizada na menor área possível, Programa de Recomposição Florestal para terrenos com uso temporário e Programa de Resgate da Fauna. O projeto possui licenças de instalação vigentes para as linhas de transmissão e, portanto, está em conformidade com o processo de licenciamento ambiental. É possível encontrar os estudos ambientais e as licenças e relatórios na internet, no entanto as ações traçadas para gestão dos impactos (RDPA) e o relatório de acompanhamento das mesmas não estão públicos. O RDPA estabelece diversos programas ambientais envolvendo a flora, fauna, erosão, resíduos e outros impactos potencialmente negativos do empreendimento. O RDPA da LT estabelece cronograma de execução e acompanhamento e determina indicadores a serem observados. Foi fornecido um relatório de acompanhamento do RDPA de julho de 2019, que também inclui indicadores de seguimento dos programas. A empresa não é proprietária de nenhum dos terrenos utilizados para obra, portanto não é obrigada a possuir Cadastro Ambiental Rural (CAR). Além disso, o projeto não está incluído em áreas prioritárias para proteção de acordo com a lista do RAMSAR.• Impacto na biodiversidade local (IFC-PS nº6): Nos estudos ambientais foram realizados levantamentos de flora e fauna. O levantamento da avifauna não foi realizado em período de migração (entre setembro e fevereiro), por isso, novos levantamentos estão previstos. Essas análises resultaram nos programas para os seguintes temas: supressão vegetal, resgate de flora, recomposição florestal, afugentamento e resgate de fauna, monitoramento de fauna, monitoramento de avifauna passível de colisão e recuperação de áreas degradadas.• Utilização de materiais de menor impacto (IFC-PS nº3): Para linha de transmissão serão usados cabos condutores AAAC (Cabo de Alumínio Nu Cal) LIGA 1120 em toda a LT em cadeias de suspensão e apenas no Jumper contará com cabos AAC (Cabo de alumínio condutor) AL 1350. A LT apresenta tensão máxima de operação (Vmax) de 550 kV e tensão nominal (V) de 500 kV com extensão aproximada de 207,6 km. Não foram considerados critérios ambientais e de ecoeficiência na escolha desses modelos, apenas questões técnicas e comerciais. O projeto não utiliza equipamentos com óleo Ascarel. Por outro lado, a empresa usa o gás SF6 para isolamento dos seus sistemas e possui plano de manutenção contínuo para gerenciar possíveis perdas.• Resíduos e ciclo de vida do projeto (IFC-PS nº3): Resíduos e ciclo de vida do projeto (IFC-OS nº3): O projeto lista os principais resíduos a serem gerados no empreendimento, com destaque para resíduos da construção civil e óleos. O Programa de Gerenciamento de Resíduos, tem como objetivo promover destino final adequado dos resíduos, promovendo a reciclagem e a reutilização sempre que possível. O projeto não apresenta um plano de descomissionamento.	
Comunidades	 Confortável
<p>Diálogo com comunidades no entorno (IFC-PS nº4): Foram realizadas análises do meio socioeconômico adjacente ao empreendimento para o Relatório Ambiental Simplificado (RAS). Os principais impactos negativos são: interferência no tráfego rodoviário, alteração na paisagem, interferência no uso e ocupação do solo e sobrecarga dos serviços públicos no período de obras. Os impactos sociais positivos são: geração de postos de trabalho e renda, dinamização da economia local e elevação da arrecadação tributária. Os principais programas para mitigar impactos negativos e potencializar impactos positivos abordam os seguintes temas: monitoramento e controle de ruído ambiental; contratação de mão de obra local e capacitação da mesma;</p>	

comunicação social, que inclui mapeamento de *stakeholders*, criação de comitê social e um canal de ouvidoria telefônico, por WhatsApp e e-mail, visita a proprietários e comunidades da área de servidão, boletins informativos e comunicação com gestores públicos municipais; educação ambiental para trabalhadores e comunidade por meio de oficinas participativas em espaços aberto ao público e em escolas; mitigação da população exógena contratada para melhorar o relacionamento dos trabalhadores externos com a comunidade, o que inclui alojamentos adequados e sensibilização dos trabalhadores; articulação institucional para dar transparência do processo de licenciamento para líderes comunitários locais; estabelecimento e monitoramento de faixa de servidão visando minimizar os impactos da LT sobre as benfeitorias e atividades produtivas existentes, bem como para evitar impactos de campos eletromagnéticos sobre as comunidades; e aquisições de insumos das comunidades locais. Foram realizadas três audiências públicas que envolveram líderes comunitários, organizações da sociedade civil organizada e órgãos governamentais.

- **Impacto em comunidades tradicionais (IFC-PS nº7):** Segundo o RAS, foram identificadas 3 comunidades remanescentes de Quilombolas: A comunidade Córrego do Santana localizada no município de Catuji (MG) a 1 Km da LT; A comunidade São Julião localizada no município de Teófilo Otoni (MG) a 2,6 Km da LT e a Comunidade Marcos, localizada entre os municípios de Teófilo Otoni e Carlos Chagas (MG) a 34,8 Km. Foi elaborado Estudo do Componente Quilombola para identificação dos Impactos e posterior Plano Básico Ambiental Quilombola (PBAQ), que inclui medidas compensatórias. Ambos foram aprovados pela Fundação Cultural Palmares e já estão sendo executados. O PBAQ contempla quatro planos voltados a esse público que estão relacionados com os seguintes temas: gestão ambiental, comunicação social, educação ambiental e apoio a contratação de mão de obra. Entre as medidas compensatórias estão: melhoria de infraestrutura, desenvolvimento local, bem como fortalecimento de associações e organizações quilombolas. Foi realizada uma consulta, intitulada de oficina participativa, com cada comunidade impactada.
- **Reassentamento involuntário (IFC-PS nº5):** O RAS identifica 144 propriedades transpostas pela faixa de servidão. Para estabelecimento de diretrizes de compensação adequadas e acompanhamento desses processos, foi estabelecido o Programa de Estabelecimento da Faixa de Servidão Administrativa que visa cadastrar, realizar levantamento topográfico das propriedades, avaliar as terras, firmar acordos com os proprietários (ou via judicial) e fechar contratos nesse sentido. A empresa apresentou um exemplo de laudo de avaliação da propriedade para cálculo do valor de arrendamento, que considera a área da faixa, o valor unitário da terra nua, o coeficiente da servidão (calculado considerando riscos e incômodos psicológicos e ambientais, presença de torres, destinação econômica, relação entre área serviente e área total e posição da linha de transmissão dentro da propriedade) e o número de benfeitorias a serem removidas. Disponibilizaram também um exemplo do termo de acordo com o proprietário. Vale ressaltar que não foi necessária a realização de reassentamento involuntários.
- **Impacto em sítios arqueológicos e culturais (IFC-PS nº8):** No Relatório Ambiental Simplificado realizado para o empreendimento foi identificado que a região possui grande potencial arqueológico, e que o mesmo deveria ser estudado. Esse estudo foi autorizado pelo IPHAN. Nesse contexto, foi estabelecido o Programa de Gestão do Patrimônio no RDPA, que monitora as ações de pesquisa arqueológica na área de influência do empreendimento e estabelecem diretrizes de mitigação de impactos em ações potencialmente degradantes do patrimônio, como as escavações. Foi identificado um sítio arqueológico na área de influência direta e um sítio na área de influência indireta. O IPHAN concedeu parecer favorável à Licença de Instalação nº1284/2019 e para a manifestação sobre a Licença de Operação (LO), solicitaram os registros fotográficos referentes ao cercamento e sinalização dos sítios arqueológicos identificados na área de estudo do empreendimento. O projeto não está localizado em áreas de patrimônio da UNESCO.

Trabalhadores

 Satisfatório

- **Condições de trabalho de empregados diretos e terceirizados (IFC-PS nº2):** Todos os trabalhadores do projeto são contratados em regime CLT. O RAS identifica o possível impacto de aumento do risco de ocorrência de acidentes de trabalho. Para gestão desse impacto, o RDPA define o Programa de Saúde e Segurança do Trabalho direcionados para funcionários diretos e terceiros, com medidas como: a obrigatoriedade do uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), instalação de Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC), conscientizações de riscos de acidentes, atendimento em situações de emergência, bem como o cumprimento das Normas Regulamentadoras (NR), como as relacionadas a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional) e o PPRA (Plano de Prevenção de Riscos Ambientais). Em relação às condições trabalhistas se prevê canteiros e alojamentos adequados e sensibilização para conduta adequada com a comunidade local. Não foram disponibilizados indicadores de acompanhamento ou registro fotográfico do campo de obra.

-
- **Ações de não-discriminação na contratação e ambiente de trabalho (IFC-PS nº2):** A empresa informou que questões de discriminação no ambiente de trabalho são mencionadas em treinamentos e estão de acordo com seu Código de Conduta institucional, que é apresentado a todos os funcionários. Como o empreendimento é gerido por duas empresas, os funcionários também são apresentados ao Código de Ética da Taesa, que também abarca questões de diversidade. Não há práticas formalizadas a nível de projeto sobre esse tema.
-

Gestão socioambiental

 Satisfatório

- **Sistema de gestão socioambiental (IFC-PS nº1):** O trecho da linha de transmissão Aimorés (500 KV) possui Programa de Gestão Ambiental (PGA), que visa acompanhar o andamento dos programas ambientais estabelecidos para prevenção de impactos adversos, além de monitorar o cumprimento das exigências das licenças ambientais. O PGA inclui ferramentas de gestão como indicadores de acompanhamento, hierarquia de execução dos programas, Relatórios de Não-Conformidade e matrizes de monitoramento mensais. O PGA é gerido pelos fornecedores responsáveis pela construção. A empresa envia especialista ambiental ao projeto uma vez por mês e/ou quando necessário para acompanhamento. Ademais, um técnico ambiental fica alocado no empreendimento para fiscalização. A gestão socioambiental do Projeto Paraguaçu não possui certificações que comprovem sua eficácia.
 - **Transparência (IFC-PS nº1):** Em relação ao trecho da linha de transmissão de 500 KV Aimorés, foi apresentado o Relatório de Acompanhamento de Junho de 2019. O relatório indica as ações relativas aos programas ambientais realizadas, com a apresentação de indicadores de acompanhamento. Esses relatórios não foram disponibilizados no site da empresa.
-

Não foram identificadas controvérsias socioambientais envolvendo o projeto Aimorés. Esse fato é importante, pois indica que os programas de monitoramento, prevenção, mitigação e compensação de impactos socioambientais têm sido efetivos.

Dessa forma, é possível concluir que a emissora estabeleceu de maneira confortável os procedimentos para gestão de riscos socioambientais associados ao projeto Aimorés, que receberá aportes do Título Verde, bem como para garantir que esse contribua para o desenvolvimento sustentável.

Projeto Paraguaçu

O projeto Paraguaçu, da SPE Interligação Elétrica Paraguaçu S.A. é relativo ao Lote 3 do Leilão no 13/2015-ANEEL - 2ª Etapa, que compreende:

- (i) Instalação da LT Poções III – Padre Paraíso 2, de 500 kV, segundo circuito, com extensão aproximada de 338km.

O objetivo do projeto é melhorar o sistema transmissão de eletricidade entre o sul da Bahia e norte de Minas Gerais, que se encontra deficiente, conforme demonstrado nos estudos elaborados pela Empresa de Planejamento Energético (EPE). Essa implantação busca atender o intercâmbio e escoamento de energia gerada pelas usinas eólicas licitadas na região bem como para incrementar a confiabilidade no atendimento da demanda energética da região. O empreendimento será implementado em 5 municípios do Estado da Bahia: Poções, Planalto, Caatiba, Itambé e Macarani, e mais 10 municípios do Estado de Minas Gerais: Jordânia, Bandeira, Almenara, Jequitinhonha, Felisburgo, Joáima, Águas Formosas, Monte Formoso, Ponto dos Volantes e Padre Paraíso.

O projeto teve sua Licença Prévia (LP 582/2018) emitida em agosto de 2018 e sua Licença de Instalação (LI 1279/2019) em março de 2019, ambas emitidas pelo Ibama. A gestão do projeto está dividida entre as empresas ISA CTEEP e Taesa.

Atualmente, o projeto de Paraguaçu encontra-se em fase de implementação, com a finalização da mobilização de seus canteiros e início das fundações e concretagem de suas torres. A data prevista para operação comercial é em fevereiro de 2022.

O volume estimado de recursos financeiros necessários para a realização do Projeto Paraguaçu é de R\$ 255 milhões, dos quais R\$ 18,5 milhões (7,25%) oriundos da presente emissão de títulos verdes. O projeto já recebeu R\$ 103,8 milhões da emissão de títulos verdes anterior da ISA CTEEP.

A performance socioambiental do projeto Paraguaçu é satisfatória. Dentre as dimensões avaliadas, destacam-se os seguintes resultados:

- Desempenho confortável na dimensão comunidades e satisfatório nas demais dimensões (ambiental, trabalhadores e gestão socioambiental), devido aos programas desenvolvidos através do Plano Básico Ambiental (PBA), relacionados e do Relatório de Atendimento aos Programas Ambientais, todos atendendo a legislação brasileira;
- Não foi identificada nenhuma controvérsia envolvendo o projeto.

Tabela 11 - Análise da performance socioambiental do projeto de Paraguaçu

Ambiental	 Satisfatório
<ul style="list-style-type: none">• Licenciamento e áreas protegidas (IFC-PS n°6): O projeto de Transmissão Paraguaçu prevê intervenção em Áreas de Preservação Permanente (APPs). Para minimizar esses impactos foram implementados Programa de Supressão Vegetal, para que essa ação seja realizada na menor área possível, Programa de Recomposição Florestal para terrenos com uso temporário e Programa de Resgate da Fauna. O projeto possui licenças de instalação vigentes para as linhas de transmissão e, portanto, está em conformidade com o processo de licenciamento ambiental. É possível encontrar os estudos ambientais e as licenças e relatórios na internet, no entanto as ações traçadas para gestão dos impactos (Plano Básico Ambiental-PBA) e o relatório de acompanhamento das mesmas não estão públicos. O Plano Básico Ambiental estabelece diversos programas ambientais envolvendo a flora, fauna, erosão, resíduos e outros impactos potencialmente negativos do empreendimento. O PBA da LT estabelece cronograma de execução e acompanhamento, bem como determina indicadores a serem observados no contexto dos programas. Para o PBA foi fornecido um relatório de acompanhamento de julho de 2019, que também inclui indicadores de seguimento dos programas. A empresa não é proprietária de nenhum dos terrenos utilizados para obra, portanto não é obrigada a possuir Cadastro Ambiental Rural (CAR). Além disso, o projeto não está incluído em áreas prioritárias para proteção de acordo com a lista do RAMSAR.• Impacto na biodiversidade local (IFC-PS n°6): Nos estudos ambientais foram realizados levantamentos de flora e fauna. O levantamento da avifauna não foi realizado em período de migração (entre setembro e fevereiro), por isso, novos levantamentos estão previstos. Essas análises resultaram nos programas para os seguintes temas: supressão vegetal, resgate de flora, recomposição florestal, afugentamento e resgate de fauna, monitoramento de fauna, monitoramento de avifauna passível de colisão e recuperação de áreas degradadas.• Utilização de materiais de menor impacto (IFC-PS n°3): Para linha de transmissão serão usados cabos condutores AAAC (Cabo de Alumínio Nu Cal) LIGA 1120 em toda a LT em cadeias de suspensão e apenas no Jumper contará com cabos AAC (Cabo de alumínio condutor) AL 1350. A LT apresenta tensão máxima de operação (Vmax) de 550 kV e tensão nominal (V) de 500 kV com extensão aproximada de 338 km. Não foram considerados critérios ambientais e de ecoeficiência na escolha desses modelos, apenas questões técnicas e comerciais. O projeto não utiliza equipamentos com óleo Ascarel. Por outro lado, a empresa usa o gás SF6 para isolamento dos seus sistemas e possui plano de manutenção contínuo para gerenciar possíveis perdas.• Resíduos e ciclo de vida do projeto (IFC-PS n°3): O projeto lista os principais resíduos a serem gerados no empreendimento, com destaque para resíduos da construção civil e óleos. O Programa de Gerenciamento de Resíduos, tem como objetivo promover destino final adequado dos resíduos, promovendo a reciclagem e a reutilização sempre que possível. O projeto não apresenta um plano de descomissionamento. A empresa afirma que essa etapa está prevista para acontecer daqui, pelo menos, 30 anos e uma empresa especializada será contratada para a destinação de resíduos dessa fase.	

- **Diálogo com comunidades no entorno (IFC-PS nº4):** Foram realizadas análises do meio socioeconômico adjacente ao empreendimento para o Estudo de Impacto Ambiental (EIA). Os principais impactos negativos são: interferência no tráfego rodoviário, alteração na paisagem, bem como interferência no uso e ocupação do solo. Os impactos sociais positivos são: geração de postos de trabalho e renda, dinamização da economia local e elevação da arrecadação tributária. Os principais programas para mitigar impactos negativos e potencializar impactos positivos abordam os seguintes temas: monitoramento e controle de ruído ambiental; contratação de mão de obra local e capacitação da mesma; comunicação social, que inclui mapeamento de *stakeholders*, criação de comitê social e um canal de ouvidoria telefônico, por WhatsApp e e-mail, visita a proprietários e comunidades da área de servidão, boletins informativos e comunicação com gestores públicos municipais; educação ambiental para trabalhadores e comunidade por meio de oficinas participativas em espaços aberto ao público e em escolas; mitigação da população exógena contratada para melhorar o relacionamento dos trabalhadores externos com a comunidade, o que inclui alojamentos adequados e sensibilização dos trabalhadores; articulação institucional para dar transparência do processo de licenciamento para líderes comunitários locais; estabelecimento e monitoramento de faixa de servidão visando minimizar os impactos da LT sobre as benfeitorias e atividades produtivas existentes, bem como para evitar impactos de campos eletromagnéticos sobre as comunidades; e aquisições de insumos das comunidades locais. Foram realizadas três audiências públicas que envolveram líderes comunitários, organizações da sociedade civil organizada e órgãos governamentais.
- **Impacto em comunidades tradicionais (IFC-PS nº7):** Segundo o EIA, o projeto possui duas comunidades quilombolas a menos de 5 km de distância: Jussara no Município de Caatiba (Bahia) e Paraguai no município de Felisburgo (Minas Gerais). Foi elaborado Estudo do Componente Quilombola para identificação dos Impactos sobre essas comunidades e posterior Plano Básico Ambiental Quilombola (PBAQ), que inclui medidas compensatórias. Ambos foram aprovados pela Fundação Cultural Palmares e já estão sendo executados. O PBAQ contempla quatro planos voltados a esse público que estão relacionados com os seguintes temas: gestão ambiental, comunicação social, educação ambiental e apoio a contratação de mão de obra. Entre as medidas compensatórias estão: melhoria de infraestrutura, desenvolvimento local, bem como fortalecimento de associações e organizações quilombolas. Foram realizadas uma consulta, intituladas de oficinas participativas, com cada comunidade impactada.
- **Reassentamento involuntário (IFC-PS nº5):** O EIA identifica 143 propriedades na faixa de servidão. Para estabelecimento de diretrizes de compensação adequadas e acompanhamento desses processos, foi estabelecido o Programa de Estabelecimento da Faixa de Servidão Administrativa que visa cadastrar, realizar levantamento topográfico das propriedades, avaliar as terras, firmar acordos com os proprietários (ou via judicial) e fechar contratos nesse sentido. A empresa apresentou um exemplo de laudo de avaliação da propriedade para cálculo do valor de arrendamento, que considera a área da faixa, o valor unitário da terra nua, o coeficiente da servidão (calculado considerando riscos e incômodos psicológicos e ambientais, presença de torres, destinação econômica, relação entre área serviente e área total e posição da linha de transmissão dentro da propriedade) e o número de benfeitorias a serem removidas. Vale ressaltar que não foi necessária a realização de reassentamento involuntários.
- **Impacto em sítios arqueológicos e culturais (IFC-PS nº8):** O EIA identificou a necessidade de levantamento de patrimônio Arqueológico e Cultural na área do projeto. Nesse contexto, foi apresentado ao IPHAN um Projeto de Avaliação de Impacto do Patrimônio Arqueológico. Após aprovação desse, foi elaborado um Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico. Esse relatório identificou dois sítios arqueológicos na área de influência do empreendimento. Para evitar esse impacto, o traçado da linha foi alterado. Mesmo assim, a empresa realizará ações de sinalização, educação e não interferência nesses sítios. O projeto não está localizado em áreas de patrimônio da UNESCO.

- **Condições de trabalho de empregados diretos e terceirizados (IFC-PS nº2):** Todos os trabalhadores do projeto são contratados em regime CLT. O EIA identifica o possível impacto de aumento do risco de ocorrência de acidentes de trabalho. Para gestão desse impacto, o PBA define o Programa de Saúde e Segurança do Trabalho direcionados para funcionários diretos e terceiros, com medidas como: a obrigatoriedade do uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), instalação de Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC), conscientizações de riscos de acidentes, atendimento em situações de emergência, bem como o cumprimento das Normas Regulamentadoras (NR), como as relacionadas a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional) e o PPRA (Plano de Prevenção de Riscos Ambientais). Em relação às condições trabalhistas se prevê canteiros e alojamentos

adequados e sensibilização para conduta adequada com a comunidade local e. Não foram disponibilizados indicadores de acompanhamento ou registro fotográfico do campo de obra.

- **Ações de não-discriminação na contratação e ambiente de trabalho (IFC-PS nº2):** A empresa informou que questões de discriminação no ambiente de trabalho são mencionadas em treinamentos e estão de acordo com seu Código de Conduta institucional, que é apresentado a todos os funcionários. Como o empreendimento é gerido por duas empresas, os funcionários também são apresentados ao Código de Ética da Taesa, que também abarca questões de diversidade. Não há práticas formalizadas a nível de projeto sobre esse tema.
-

Gestão socioambiental

 Satisfatório

- **Sistema de gestão socioambiental (IFC-PS nº1):** O trecho da linha de transmissão Paraguaçu possui Programa de Gestão Ambiental (PGA), que visa acompanhar o andamento dos programas ambientais estabelecidos para prevenção de impactos adversos, além de monitorar o cumprimento das exigências das licenças ambientais. O PGA inclui ferramentas de gestão como indicadores de acompanhamento, responsáveis pela execução dos programas, relatórios de não-conformidade e monitoramentos mensais. O PGA é gerido pelos fornecedores responsáveis pela construção. A empresa envia especialista ambiental ao projeto uma vez por mês para acompanhamento e/ou quando necessário. Ademais, um técnico ambiental fica alocado no empreendimento para fiscalização. A gestão socioambiental do Projeto Paraguaçu não possui certificações que comprovem sua eficácia.
 - **Transparência (IFC-PS nº1):** Em relação a linha de transmissão Paraguaçu, foi apresentado o Relatório de Acompanhamento de Junho de 2019. O relatório indica as ações relativas aos programas ambientais realizadas, com a apresentação de indicadores de acompanhamento. Esses relatórios não estão disponíveis no site da empresa.
-

Não foram identificadas controvérsias socioambientais envolvendo o projeto de transmissão de energia Paraguaçu. Esse fato é importante, pois indica que os programas de monitoramento, prevenção, mitigação e compensação de impactos socioambientais têm sido efetivos.

Dessa forma, é possível concluir que a emissora estabeleceu de maneira satisfatória os procedimentos para gestão de riscos socioambientais associados ao projeto Paraguaçu, que receberá aportes do Título Verde, bem como para garantir que esse contribua para o desenvolvimento sustentável.

V. Performance ASG da ISA CTEEP

A ISA CTEEP é uma concessionária privada de transmissão de energia elétrica, fundada em 1999 a partir da divisão da estatal paulista Companhia Energética de São Paulo (CESP). Em 2001, a empresa incorporou a Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica (EPTE). Em 2006, a ISA Capital do Brasil, controlada pela ISA (Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P.), companhia colombiana de capital misto, passou a controlar a CTEEP por meio de leilão de privatização, dando assim origem ao nome fantasia ISA CTEEP.

A companhia atua por meio da construção, operação e manutenção de subestações e linhas de transmissão. Conta atualmente com uma capacidade instalada de 65,9 mil MVA (Mega Volt-Ampère) de transformação, suportada por 18.633 km de linhas de transmissão, 2.347 km de cabos de fibra ótica e 126 subestações. Em termos de volume, a ISA CTEEP é responsável, atualmente, pela transmissão de 25% da energia elétrica produzida no Brasil, 60% da energia consumida na Região Sudeste e, praticamente, 100% da transmissão no Estado de São Paulo.

A análise da ISA CTEEP tem como objetivo avaliar sua capacidade de medir, prevenir, mitigar e compensar impactos socioambientais associados aos projetos que desenvolve. Dessa maneira é possível averiguar sua capacidade de manter inalteradas as condições que permitem que os projetos descritos sejam elegíveis para uma emissão caracterizada como Título Verde.

Nesse contexto, fizemos uma avaliação de políticas e práticas da empresa. Adicionalmente, pesquisamos controvérsias de caráter social, ambiental e de governança envolvendo a companhia, as SPEs, e outras empresas envolvidas em seus projetos.

SITAWI Research

Análise de performance ASG da empresa



Empresa: ISA CTEEP
País: Brasil
Setor (GICS): Serviços Públicos

Pontos fortes

- ✓ Realização de auditorias internas
- ✓ Adequada gestão de acidentes ambientais
- ✓ Boas condições de trabalho e liberdade sindical
- ✓ Metas socioambientais para liderança
- ✓ Monitoramento de volume de geração e reciclagem de resíduos

Oportunidades de melhoria

- ! Práticas de inclusão de minorias e incentivo a diversidade
- ! Gestão sistemática de informações sobre terceirizados
- ! Reestruturação dos planos de carreira
- ! Auditoria do Relatório Anual e de Sustentabilidade

Desempenho ASG

De modo geral, a ISA CTEEP obteve um desempenho confortável, próximo a superior, com destaque para a realização de auditorias internas e adequada gestão de acidentes ambientais através de Plano de Preparação e Resposta às Emergências, comitê para análise crítica e definição de ações para evitar que incidentes voltem a acontecer. Adicionalmente, a empresa promove boas condições de trabalho, por meio de monitoramento contínuo de indicadores de saúde e segurança, bem como desenvolvimento do Programa Qualidade de Vida para promoção do bem-estar no trabalho.

Por outro lado, a ISA CTEEP ainda carece de formalização de plano específico de descomissionamento, que pode ocorrer após eventos extremos, aumentando consideravelmente a geração de resíduos. A companhia pode sofisticar sua performance socioambiental por meio da elaboração de programas de inclusão de minorias; reestruturação da gestão de carreiras, com planos individualizados para seus colaboradores, o que já está sendo realizado; e formalização de compromissos através de políticas.

Além de práticas de gestão ASG confortáveis, a ISA CTEEP possui código de conduta ética, que aborda temas como práticas anticompetitivas, conflito de interesse e combate à corrupção. A empresa também divulga outras políticas – Social, Ambiental, de Qualidade, de Saúde Ocupacional, de Gestão Integral de Riscos, de Aquisição de Bens e Serviços, de Comunicação de Bens e Serviços, de Controle e de Gestão Humana – afirmando, entre outros aspectos, seu compromisso em proteger a biodiversidade e minimizar o impacto sobre o ecossistema; reduzir a emissão de carbono e compensar a emissão de gases de efeito estufa; além de manter e melhorar a saúde ocupacional de seus colaboradores.

A formalização e divulgação dessas diretrizes é importante para garantir que a atuação da companhia nesses pontos seja assertiva ao longo do tempo, bem como para fomentar uma cultura de transparência junto a seus *stakeholders*.

Tabela 12 - Análise de práticas e políticas ASG da ISA CTEEP

Ambiental	 Confortável
<ul style="list-style-type: none">• Uso de Recursos: O consumo de água e combustíveis nas operações da ISA CTEEP é reduzido. Apesar disso, a empresa monitora o uso de água e combustíveis em todas as instalações, realiza ações de sensibilização ambiental, possui procedimentos para reuso de água em sistemas de refrigeração e sistemas de captação de água de chuva em sua sede e na subestação de Registro, o que será expandido para outros ativos. Além disso, a empresa mantém altos níveis de qualidade de transmissão.• Ecossistemas: Apesar da etapa de construção de linhas de transmissão de energia demandar supressão de vegetação e apresentar potencial impacto sobre a biodiversidade, a ISA CTEEP não possui histórico de controvérsias no tema. A empresa investe no monitoramento de fauna, realiza compensação ambiental, reflorestamento e mantém suas licenças ambientais regularizadas, atendendo as condicionantes, divulgando o andamento desses processos em seu site e em seu relatório anual. A empresa busca, no momento de planejar o traçado de suas linhas de transmissão, evitar o impacto sobre áreas de preservação. Além disso, a empresa possui Política Ambiental formalizando compromisso em proteger a biodiversidade e minimizar o impacto sobre o ecossistema.• Gestão de Resíduos: As subestações da ISA CTEEP possuem procedimentos para correta destinação de resíduos. Muitas de suas unidades são certificadas pela norma ISO 14.001, evidenciando o esforço da empresa em formalizar e executar procedimentos de gestão ambiental. As unidades operacionais não certificadas, seguem os mesmos procedimentos da norma citada. A empresa monitora sistematicamente indicadores de volume de resíduos não perigosos (classe II), além da destinação para reciclagem. Ademais, eventos extremos na operação e manutenção de linhas de transmissão podem levar a situações de descomissionamento parcial, aumentando a geração de resíduos. A ISA CTEEP não possui planos específicos para tais situações, utilizando os	

procedimentos equivalentes de manutenção para destinação adequada dos resíduos de descomissionamento. Os efluentes líquidos gerados nos escritórios e subestações da empresa são destinados para a rede pública. A empresa possui Plano de Preparação e Resposta às Emergências, no qual define as responsabilidades e instruções básicas para situações de emergência. Os incidentes relacionados a meio ambiente são levados para um Comitê para realizar análises críticas e definir ações para evitar que voltem a acontecer.

- **Mudanças Climáticas:** As atividades realizadas pela ISA CTEEP de construção, operação e manutenção de linhas de transmissão não emitem quantidades significativas de CO₂e. O principal gás utilizado nas operações da empresa é o SF₆, que é monitorado, e para o qual foi firmado um compromisso de redução na geração em 10% ao ano. A empresa elabora inventário de GEE e afirma em sua política ambiental que possui compromisso em reduzir e compensar a emissão de gases de efeito estufa.
-

Social



- **Comunidades:** Apesar da ISA CTEEP já ter se envolvido em controvérsias relacionadas a comunidades, mas que já foram remediadas, a empresa possui procedimento estruturado para negociação e remoção de forma justa, incluindo o envolvimento do poder público. Além disso, a empresa realiza projetos sociais junto a comunidades, como treinamentos e capacitações, onde distribui materiais de comunicação como panfletos e manuais, para que a população aprenda sobre questões de segurança em linhas de transmissão, use a energia de forma consciente, além de outros temas ambientais. A empresa informou que não foram registrados casos de violação do direito indígena durante o ano de 2018 em seu Relatório de Sustentabilidade.
 - **Clientes:** A ISA CTEEP está envolvida em controvérsias com clientes de forma pontual. Essas controvérsias estão relacionadas a problemas e falhas nas linhas de transmissão, ocasionando interrupção no fornecimento de energia e blecaute. A empresa, entretanto, monitora a satisfação dos clientes com foco nas atividades de operação e manutenção do sistema elétrico e nos serviços de engenharia. A empresa também possui canal dedicado para recebimento de reclamações, realiza atividades de engajamento junto com seus clientes/consumidores e elabora e divulga comunicações claras relacionadas a riscos e benefícios de seus produtos por meio de seu programa Amigos da Energia. Adicionalmente, a empresa tem seu processo de transmissão certificado na norma ISO 9001 (Sistema de Gestão de Qualidade).
 - **Recursos Humanos:** A ISA CTEEP monitora e divulga dados de indicadores relativos a acidentes trabalhistas (taxa de lesões, taxa de doenças ocupacionais e outros índices), levando em consideração trabalhadores diretos e terceirizados. A empresa realiza o Programa Qualidade de Vida com promoção de atividades voltadas ao bem-estar dos colaboradores. Todos seus colaboradores relacionados a atividades-fim são contratados em regime CLT. A empresa possui ponto eletrônico para controle e compensação de horas trabalhadas e paga horas extras conforme acordo com sindicatos. Todos os colaboradores diretos possuem acordos coletivos com sindicatos representativos. Além disso, a empresa possui um bom relacionamento com vários desses sindicatos. Por outro lado, não apresenta programas de inclusão de minorias. Em relação a gestão de carreira, a empresa possui processo anual de avaliação e gestão de desempenho dos colaboradores e oferece apoio financeiro para capacitação de acordo com o desempenho do funcionário. O plano de carreira ocorre atualmente de maneira pouco formalizada, porém a empresa está reestruturando esse processo. A empresa não possui certificação em sistema de segurança e saúde do trabalhador.
 - **Cadeia de Suprimentos:** A ISA CTEEP não apresenta controvérsias e penalizações referente à terceirização de funcionários e ao relacionamento com empresas fornecedoras e subcontratadas. A empresa promove relacionamento sustentável com seus fornecedores e subcontratados ao incluir cláusulas contratuais claras e justas. Para fornecedores novos, são realizadas diligências que incluem aspectos socioambientais e o monitoramento é contínuo. Entretanto, a empresa não apresentou evidência de monitoramento de indicadores e de treinamento relacionados a temas socioambientais de suas subcontratadas.
-

Governança



- **Transparência:** A ISA CTEEP divulga DFP anual de cada uma de suas subsidiárias e disponibiliza em sua página suas principais políticas (Ambiental, Aquisição de Bens de Serviços, Gestão Humana, Qualidade, Gestão Integral de Riscos, Saúde Ocupacional, Código de Ética e outras). A empresa prepara e divulga Relatórios Anuais de Sustentabilidade, de acordo com a opção Essencial da GRI, nos quais informa seus indicadores e práticas socioambientais, porém esse relatório ainda não é auditado.
-

- **Comportamento empresarial:** A ISA CTEEP não possui envolvimento direto ou indireto em casos de controvérsias relacionados à governança corporativa. Temas socioambientais são abordados no conselho de administração e a remuneração variável de alguns dos líderes da empresa é atrelada a critérios socioambientais. A empresa conta com um código de ética disponível para os colaboradores, contendo as principais práticas de governança que devem ser adotadas na empresa no nível do colaborador. Denúncias sobre corrupção e outros temas internos podem ser encaminhadas para a Linha de Ética da ISA CTEEP. O procedimento para acompanhamento das denúncias passa por uma auditoria interna, que recebe e busca esclarecer as questões levantadas, verificando se as queixas têm fundamentos. A empresa também conta com canal de ouvidoria que aborda esse tema, entre outros. Por outro lado, seu conselho administrativo conta com apenas 12,5% de participação feminina.

Em relação ao estudo de controvérsias, os casos identificados e analisados para a primeira emissão de títulos verdes da ISA CTEEP (março de 2018) tiveram respostas adequadas da empresa que levaram a seu fechamento efetivo. Dessa forma, para a esta segunda emissão foram avaliadas apenas controvérsias ocorridas após a última análise. Duas controvérsias foram identificadas, e concluímos que a ISA CTEEP está envolvida em casos de impactos socioambientais isolados. Seu nível de responsabilidade foi considerado adequado para resolução e mitigação dessas questões. Esse fato é importante, pois indica que as práticas de gestão ASG da empresa têm sido efetivas.

Tabela 13 – Controvérsias envolvendo a ISA CTEEP (a partir de 03/2018)

Social	Nível de Severidade	Responsividade
Cientes: Apagão por conta de princípio de incêndio em duas SEs da empresa (2019)	Significativo: A falha durou uma hora e afetou um milhão de pessoas na Zona Leste de São Paulo e no ABC Paulista.	Remediativa: Funcionários da empresa junto com funcionários da Enel (distribuidora) fizeram manobras na rede para reestabelecer o fornecimento de energia.
Cientes: Equipamento de proteção contra curto circuito de linha da empresa falha, gerando apagão (2019)	Significativo: A falha no sistema de proteção da empresa gerou explosão, que assustou moradores da Zona Sul de São Paulo, além de queda no fornecimento de energia	Defensiva: A empresa corrigiu a falha reestabelecendo o fornecimento de energia, mas não se pronunciou a respeito das causas do acidente

Por meio dessa análise, concluímos que a ISA CTEEP possui práticas ASG confortáveis e *know-how* técnico de suas atividades. A empresa está envolvida em casos isolados de controvérsias e seu nível de responsividade é considerado adequado para resolução e mitigação dessas questões. Sendo assim, concluímos que a empresa tem plena capacidade de medir, prevenir, mitigar e compensar eventuais impactos negativos de seus projetos e sustentar as condicionantes que conferem a qualidade de Título Verde à debênture.

Método

A avaliação da SITAWI é baseada em uma metodologia proprietária, fundamentada em standards reconhecidos internacionalmente. Ela é composta de três etapas:

- 1) Avaliação da emissão – o primeiro passo é avaliar se a emissão tem como objetivo contribuir com projetos que possuem potencial de impacto socioambiental positivo, condizente com a condição de Título Verde. Para isso, comparamos a emissão aos quatro componentes dos *Green Bond Principles (GBP)*:
 - Uso dos recursos (*use of proceeds*): propósito da emissão do título e alinhamento desse com as categorias dos *Green Bond Principles* e da *Climate Bonds Taxonomy*;
 - Processo de seleção e avaliação de projetos (*process for project evaluation and selection*): procedimentos utilizados na escolha de projetos, alinhamento desses projetos com a estratégia da companhia e benefícios ambientais gerados;
 - Gestão dos recursos (*management of proceeds*): procedimento para gestão financeira dos recursos captados, para garantir a destinação para projetos elegíveis a classificação de Título Verde;
 - Relato (*reporting*): Divulgação de informações sobre controle e alocação de recursos, bem como dos impactos positivos esperados dos projetos.

- 2) Performance Socioambiental do projeto – avaliamos o projeto com base no atendimento à legislação socioambiental brasileira e as melhores práticas contidas nos *IFC Performance Standards*¹¹ (IFC-PS) e outros padrões de sustentabilidade. Nesse contexto, os principais aspectos analisados são:
 - Processo de medição, prevenção, mitigação e compensação dos riscos ambientais do projeto;
 - Contribuição do projeto para o desenvolvimento sustentável;
 - Controvérsias¹² que o projeto está envolvido.

Essa análise é composta de 4 dimensões e 12 temas, priorizados de acordo com a materialidade de cada tema para o projeto:

¹¹ http://www.ifc.org/wps/wcm/connect/c8f524004a73daeca09afdf998895a12/IFC_Performance_Standards.pdf?MOD=AJPERES_e
http://www.ifc.org/wps/wcm/connect/Topics_Ext_Content/IFC_External_Corporate_Site/Corporate+Governance/CG+Development+Framework/

¹² O conceito de controvérsia é baseado na publicação "CONTROVÉRSIAS ASG 2016" (<https://www.sitawi.net/publicacoes/controversias-asg-2016-2/>). Que define controvérsias como fatos divulgados em veículos de mídia, manifestações de outros grupos de interesse, como grupos de trabalhadores e movimentos sociais, bem como decisões de órgãos fiscalizadores e reguladores.

Tabela 7 - Critérios para avaliação do projeto

Dimensão	Tema
Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Áreas protegidas (IFC-PS nº6) • Impacto na biodiversidade local (IFC-PS nº6) • Utilização de materiais de menor impacto (IFC-PS nº3) • Resíduos e ciclo de vida do projeto (IFC-PS nº3)
Comunidades	<ul style="list-style-type: none"> • Diálogo com comunidades no entorno (IFC-PS nº4) • Impacto em comunidades tradicionais (IFC-PS nº7) • Reassentamento involuntário (IFC-PS nº5) • Impacto em sítios arqueológicos e culturais (IFC-PS nº8)
Trabalhadores	<ul style="list-style-type: none"> • Condições de trabalho dos empregados diretos e terceirizados (IFC-PS nº2) • Ações de não-discriminação na contratação e ambiente de trabalho (IFC-PS nº2)
Gestão socioambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema de gestão socioambiental (IFC-PS nº1) • Transparência (IFC-PS nº1)

3) Performance ASG da Empresa – avaliamos a empresa através de metodologia proprietária que considera melhores práticas de sustentabilidade, referenciadas por standards reconhecidos internacionalmente. Nesse contexto, os principais aspectos analisados são:

- Políticas e práticas para medição, prevenção, mitigação e compensação dos riscos ASG de suas atividades;
- Contribuição da empresa para o desenvolvimento sustentável e mitigação das mudanças climáticas;
- Controvérsias¹³ que a empresa está envolvida.

Essa análise é composta de 3 dimensões e 10 temas, priorizados de acordo com a materialidade de cada tema para a empresa:

Tabela 7 – Políticas e práticas analisadas

Dimensão	Práticas
Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Uso de Recursos • Ecossistemas • Gestão de Resíduos • Mudanças climáticas
Social	<ul style="list-style-type: none"> • Comunidades • Clientes • Cadeia de suprimento • Recursos humanos
Governança	<ul style="list-style-type: none"> • Transparência • Comportamento empresarial

¹³ O conceito de controvérsia é baseado na publicação "CONTROVÉRSIAS ASG 2016" (<https://www.sitawi.net/publicacoes/controversias-asg-2016-2/>). Que define controvérsias como fatos divulgados em veículos de mídia, manifestações de outros grupos de interesse, como grupos de trabalhadores e movimentos sociais, bem como decisões de órgãos fiscalizadores e reguladores.

Legendas

Nível da Asseguração

Tabela 8 - Níveis de asseguração

Níveis de asseguração	
Razoável	Capaz de confirmar de forma convincente os princípios e objetivos da asseguração.
Moderado	Capaz de confirmar de forma parcial os princípios e objetivos da asseguração.
Limitado	Incapacidade de confirmar os princípios e objetivos da asseguração.

Nível de performance da empresa

●●●● Superior

A empresa possui as melhores práticas naquela dimensão, se tornando referência para outras empresas no desempenho socioambiental/ASG por meio da busca de inovação e melhoria contínua, contribuindo assim de maneira relevante para o desenvolvimento sustentável, inclusive com compromissos de manter essa contribuição no longo prazo.

●●●○ Confortável

A empresa cumpre os requisitos mínimos de conformidade com a legislação no tema específico, além de estar alinhado com padrões internacionais de sustentabilidade (ex: IFC Performance Standards e outros), contribuindo de forma ampla para o desenvolvimento sustentável.

●●○○ Satisfatório

A empresa cumpre os requisitos mínimos de conformidade com a legislação no tema específico.

●○○○ Insuficiente

A empresa não cumpre os requisitos mínimos de conformidade com a legislação no tema específico.

○○○○ Crítico

A empresa não apresenta evidências de seu desempenho na dimensão específica.

Controvérsias

Tabela 9 – Nível de Severidade e Responsividade relacionado a controvérsias

Nível de Severidade	
Pouco significativo	Descumpra a lei e/ou afeta negativamente os <i>stakeholders</i> , mas não causa danos ou causa dano mínimo que não necessitam de remediação.
Significativo	Descumpra a lei e/ou afeta negativamente os <i>stakeholders</i> , sendo o nível de dificuldade e custo de remediação medianos.
Muito significativo	Descumpra a lei e afeta negativamente os <i>stakeholders</i> , sendo o nível de dificuldade e custo de remediação alto.
Crítico	Descumpra a lei e afeta negativamente os <i>stakeholders</i> , sendo os danos irremediáveis ou de difícil e custosa remediação.

Responsividade

Proativa	Além da empresa agir de maneira remediativa diante de uma controvérsia, ela adota medidas que vão além da sua obrigação. Adicionalmente, a empresa realiza procedimentos sistemáticos para evitar que o problema ocorrido se repita.
Remediativa	A empresa realiza as ações necessárias para correção dos danos e se comunica adequadamente com os stakeholders impactados.
Defensiva	A empresa realiza ações insuficientes para correção dos danos ou emite comunicado sem realização de ações corretivas.
Não-responsiva	Não há qualquer ação ou comunicação da empresa em relação à controvérsia.

Formulário Green Bond Principles

Green Debenture

External Review Form

Section 1. Basic Information

Issuer name: CTEEP – COMPANHIA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA (known as ISA CTEEP)

Review provider's name: SITAWI Finance for Good

Completion date of this form: 06/November/2019

Publication date of review publication: TBD

Section 2. Review overview

SCOPE OF REVIEW

The review assessed the following elements and confirmed their alignment with the GBPs:

- | | |
|--|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Use of Proceeds | <input checked="" type="checkbox"/> Process for Project Evaluation and Selection |
| <input checked="" type="checkbox"/> Management of Proceeds | <input checked="" type="checkbox"/> Reporting |

ROLE(S) OF REVIEW PROVIDER

- | | |
|---|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Consultancy (incl. 2nd opinion) | <input type="checkbox"/> Certification |
| <input type="checkbox"/> Verification | <input type="checkbox"/> Rating |
| <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): | |

EXECUTIVE SUMMARY OF REVIEW

According to SITAWI, ISA CTEEP's Second Green Debenture contributes to sustainable development and climate change mitigation by allowing the transmission of renewable electricity and superior performance of the Brazilian interconnected grid, thus being eligible to market as a Green Bond. All GBPs are managed in a comfortable way. ISA CTEEP displays a comfortable ESG performance at the corporate level, reassuring its capacity to maintain the green credentials of the issuance. ISA CTEEP's projects display satisfactory or comfortable environmental and social performances.

Section 3. Detailed review

1. USE OF PROCEEDS

Overall comment on section: The Debenture's term sheet indicates that the proceeds will be fully allocated to future payments and reimbursements of capex for energy

transmission projects. These projects contribute to transmit renewable energy and enhance the energy efficiency of Brazil's interconnected grid.

Use of proceeds categories as per GBP:

- | | |
|--|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> Renewable energy | <input type="checkbox"/> Energy efficiency |
| <input type="checkbox"/> Pollution prevention and control | <input type="checkbox"/> Sustainable management of living natural resources |
| <input type="checkbox"/> Terrestrial and aquatic biodiversity conservation | <input type="checkbox"/> Clean transportation |
| <input type="checkbox"/> Sustainable water management | <input type="checkbox"/> Climate change adaptation |
| <input type="checkbox"/> Eco-efficient products, production technologies and processes | <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): |
| <input type="checkbox"/> Unknown at issuance but currently expected to conform with GBP categories, or other eligible areas not yet stated in GBPs | |

If applicable please specify the environmental taxonomy, if other than GBPs:

2. PROCESS FOR PROJECT EVALUATION AND SELECTION

Overall comment on section (if applicable): The Debenture's term sheet specifies the objective of the projects: construction and implementation of 9 electricity transmission infrastructure' projects (each one represented by a SPV): Interligação Elétrica Itaúnas S.A., Interligação Elétrica Itaquerê S.A, Interligação Elétrica Itapura S.A. (lot 10) and Interligação Elétrica Itapura S.A. (lot 25), Interligação Elétrica Tibagi S.A., Interligação Elétrica Aguapeí S.A., Interligação Biguaçu S.A., Interligação Elétrica Aimorés S.A. and Interligação Elétrica Paraguaçu S.A, controlled by ISA CTEEP S.A. The 9 projects are under development, the list of eligible projects is equivalent to the list of selected projects associated with the bond. These projects will increase the number of Green Users (each user is a power plant that generates wind, solar, small hydro or biomass electricity) and associated Green Revenues. Comparing annual variations in 2017, 2018 and July 2019 (semi-annual), the number of Green Users and Green Revenues have increased 1.37%, 14.75% and 0.3%, respectively.

Evaluation and selection

- | | |
|--|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> Defined and transparent criteria for projects eligible for Green Bond proceeds | <input checked="" type="checkbox"/> Documented process to determine that projects fit within defined categories |
| <input checked="" type="checkbox"/> Summary criteria for project evaluation and selection publicly available | <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): |

Information on Responsibilities and Accountability

- Evaluation / Selection criteria subject to external advice or verification
- In-house assessment
- Other (*please specify*):

3. MANAGEMENT OF PROCEEDS

Overall comment on section (if applicable): All net proceeds from the Debenture will be destined to future payments and reimbursements of capex of 9 electricity transmission infrastructure' projects (each one represented by a SPV). The debenture' term sheet determines a penalty of 20% of the amount of the proceeds if not allocated in the listed projects.

The proceeds will be managed by ISA CTEEP treasury department until the complete allocation. The temporary allocation may include its usage in business activities, such as investments, operational and financing expenses.

ISA CTEEP has its own procedures for temporary investments, favoring low risk and highly liquid investments, mainly in government bonds. We found evidence that some of ISA CTEEP 2017's investments included mutual funds with minor allocations (less than 2%) to oil and gas and mining fixed income securities.

Proceeds will be tracked by internal management information systems and the audited financial statements will show the allocated proceeds until their full allocation.

The initial issuance amounts to R\$ 400 MM, which represents about 14.0% of the estimated total costs of the Nominated Projects (R\$2,864 MM). The amount of R\$ 490.7 MM was already raised for these projects through the issuance of ISA CTEEP's First Green Debenture in the total net amount of R\$ 603.9 MM. The remaining funding will be financed by new debentures to be issued by ISA CTEEP, TAESA (co-investor) or SPVs. ISA CTEEP estimates that the proceeds will be fully allocated by 2023.

Tracking of proceeds:

- Green Bond proceeds segregated or tracked by the issuer in a systematic manner
- Disclosure of intended types of temporary investment instruments for unallocated proceeds
- Other (*please specify*):

Additional disclosure:

- Allocations to future investments only
- Allocations to both existing and future investments
- Allocation to individual disbursements
- Allocation to a portfolio of disbursements
- Disclosure of portfolio balance of unallocated proceeds
- Other (*please specify*):

4. REPORTING

Overall comment on section (if applicable): ISA CTEEP will report annually to the Fiduciary Agent and also publicly on its website, the audited financial statements. The issuer will disclose annually, on its Sustainability Report or similar document, the environmental benefits, the environmental license status and the main possible socio-environmental impacts of the projects, for instance the impact on protected areas and involuntary resettlement, if any.

Use of proceeds reporting:

- Project-by-project
- Linkage to individual bond(s)
- On a project portfolio basis
- Other (*please specify*):

Information reported:

- Allocated amounts
- Other (*please specify*):
- GB financed share of total investment

Frequency:

- Annual
- Other (*please specify*):
- Semi-annual

Impact reporting:

- Project-by-project
- Linkage to individual bond(s)
- On a project portfolio basis
- Other (*please specify*): First year reporting will include an external review by SITAWI.

Frequency:

- Annual
- Other (*please specify*):
- Semi-annual

Information reported (expected or ex-post):

- GHG Emissions / Savings
- Energy Savings
- Other ESG indicators (*please specify*): Number of Green Users (power plants that generate wind, solar, small hydro or biomass electricity) and income related to them.

Means of Disclosure

- Information published in financial report
- Information published in ad hoc documents
- Reporting reviewed (*if yes, please specify which parts of the reporting are subject to external review*): In the first year, or 12 months after issuance, report will be reviewed by SITAWI.
- Information published in sustainability report
- Other (*please specify*):

Where appropriate, please specify name and date of publication in the useful links section.

USEFUL LINKS (*e.g. to review provider methodology or credentials, to issuer's documentation, etc.*)

<http://www.isactEEP.com.br/>

SPECIFY OTHER EXTERNAL REVIEWS AVAILABLE, IF APPROPRIATE

Type(s) of Review provided:

- Consultancy (incl. 2nd opinion)
- Verification / Audit
- Other (*please specify*):
- Certification
- Rating

Review provider(s):

Date of publication:

ABOUT ROLE(S) OF REVIEW PROVIDERS AS DEFINED BY THE GBP

- (i) **Consultant Review:** An issuer can seek advice from consultants and/or institutions with recognized expertise in environmental sustainability or other aspects of the issuance of a Green Bond, such as the establishment/review of an issuer's Green Bond framework. "Second opinions" may fall into this category.
- (ii) **Verification:** An issuer can have its Green Bond, associated Green Bond framework, or underlying assets independently verified by qualified parties, such as auditors. In contrast to certification, verification may focus on alignment with internal standards or claims made by the issuer. Evaluation of the environmentally sustainable features of underlying assets may be termed verification and may reference external criteria.
- (iii) **Certification:** An issuer can have its Green Bond or associated Green Bond framework or Use of Proceeds certified against an external green assessment standard. An assessment standard defines criteria, and alignment with such criteria is tested by qualified third parties / certifiers.
- (iv) **Rating:** An issuer can have its Green Bond or associated Green Bond framework rated by qualified third parties, such as specialized research providers or rating agencies. Green Bond ratings are separate from an issuer's ESG rating as they typically apply to individual securities or Green Bond frameworks / programs.